

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO – UFES
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS – CCJE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPGADM**

FLAVIA SALLES NUNES PEREIRA

**ÉTICA CATÓLICA E CULTURA DO TRABALHO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA – ES

2011

FLAVIA SALLES NUNES PEREIRA

**ÉTICA CATÓLICA E CULTURA DO TRABALHO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre.

ORIENTADOR:

Prof. Doutor Ricardo Roberto Behr

VITÓRIA – ES

2011

FLAVIA SALLES NUNES PEREIRA

**ÉTICA CATÓLICA E CULTURA DO TRABALHO:
UMA REFLEXÃO SOBRE A IMIGRAÇÃO ITALIANA
NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 22 de agosto de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Roberto Behr
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. João Gualberto Moreira Vasconcellos
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Prof. Dr. José Marcelo Dantas dos Reis
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Salles, Flavia, 1976-

S168e Ética católica e cultura do trabalho : uma reflexão sobre a
imigração italiana no estado do Espírito Santo / Flavia Salles Nunes
Pereira. – 2011.

105 f. : il.

Orientador: Ricardo Roberto Behr.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Migração. 2. Italianos - Espírito Santo (Estado) - Migração. 3.
Política econômica - Espírito Santo (Estado). I. Behr, Ricardo Roberto.
II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO



Programa de
Pós-graduação
em Administração
UFES

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós - Graduação em Administração
Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus Universitário -
Goiabeiras
CEP. 29075.910-ES-Brasil-Telefax (27)3335.7712
e-mail ppgadm@gmail.com
www.ppgadm.ufes.br

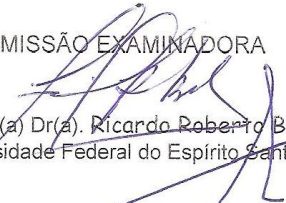
**"Ética Católica e Cultura do Trabalho: Uma Reflexão Sobre
a Imigração Italiana no Estado do Espírito Santo"**

Flávia Salles Nunes Pereira

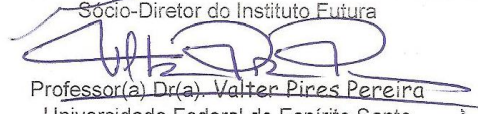
*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Administração da Universidade Federal do
Espírito Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Mestre em Administração.*


Aprovada em 22 de agosto de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA


Professor(a) Dr(a). Ricardo Roberto Behr
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor(a) Dr(a). João Gualberto Moreira Vasconcellos
Sócio-Diretor do Instituto Futura


Professor(a) Dr(a). Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo


Professor(a) Dr(a). José Marcelo Dantas dos Reis
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Recorrendo a um ensinamento de Antístenes, filósofo nascido em Atenas amigo e discípulo de Sócrates e fundador da escola cínica (destacando-se entre seus alunos Diógenes), cito a frase de sua autoria: “*A gratidão é a memória do coração*”, para ressaltar algumas pessoas especiais às quais sou muito grata. Dentre estas, saliento o meu dedicado orientador Professor Ricardo Roberto Behr tanto pela atenção e amizade que sempre ofertou, como também por ter aceitado entrar nesta empreitada comigo, permitindo o desenvolvimento do tema aqui apresentado, pois sem tal confiança e apoio o mesmo não teria sido realizado. Obrigada por seu espírito sempre aberto em aceitar novos desafios e por ter-me acolhido mesmo sem qualquer obrigação de fazê-lo.

Ao querido Professor João Gualberto Moreira Vasconcellos que despertou o interesse de pesquisa por essa temática tão fascinante e por todo ensinamento compartilhado no tempo de caminhada percorrido juntos. Obrigada pela oportunidade de crescimento da atividade intelectual com seu carisma peculiar que contagia a todos em sua volta.

Aos Professores Sérgio Robert Sant’Anna e Estilaque Ferreira dos Santos, que foram sempre receptivos e gentis no auxílio para apontar sugestões de bibliografia para a continuidade dos caminhos que essa pesquisa realizou e pelos comentários oportunos na etapa da banca de qualificação do projeto de pesquisa.

Aos demais professores e colegas do Mestrado, pelos debates e construção contínua do conhecimento nas disciplinas cursadas.

A Flávia Meneguelli Ribeiro Setubal, Luiz Henrique Moraes Machado e Nara Falqueto Caliman que sempre me entusiasmaram para o processo de seleção do mestrado. Obrigada pela força e estímulo!

A meu pai Jefferson (*in memoriam*) pela dedicação que sempre teve aos filhos, o que permitiu que eu construísse minha história profissional e acadêmica, e a minha mãe Néa que foi o ouvido nos meus momentos de tristezas e de alegrias que a pesquisa proporcionou, e quem sempre me incentivou com palavras de ânimo e crescimento para a conclusão da atividade.

E a Ti Deus, por absolutamente tudo que só o verdadeiro amor pode proporcionar.

O imigrante, o trabalhador que resultava da reinvenção da sociedade brasileira com base no trabalho livre, era um ser de direitos e um ser de vontades. Mas, era acima de tudo um ser de imaginação. O que diferenciava o colono do escravo, é que o colono podia sonhar o próprio modo de sua inserção na sociedade que com ele nascia.

José de Souza Martins
"O Imaginário na Imigração Italiana", 2003, p. 103.

RESUMO

O objetivo central desta pesquisa foi compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica na determinação de uma política migratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, tentando entender porque o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano. Buscou-se dessa forma aprofundar o estudo sobre o período de transição da mão-de-obra escrava para a livre e como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho específica, associada aos imigrantes italianos e seus descendentes. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa *bibliográfica* e pesquisa *descritiva*. *Bibliográfica*, pois se buscou explicar o objetivo central da pesquisa por meio de referências teóricas diversas, procurando conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas sobre a temática imigração italiana e sua relação com a religião católica. E *descritiva*, pois se pretendeu descrever as características e relações existentes entre a temática de estudo e uma realidade específica, no caso a dos imigrantes italianos católicos no Estado do Espírito Santo, visando identificar as representações sociais e o perfil do grupo. Compreendeu-se que os propósitos políticos de povoamento e de formação do mercado de trabalho, estavam cimentados por outra questão: a intenção da manutenção da ascendência da Igreja Católica sobre a maioria populacional do País, e assim também, da manutenção de sua influência junto à oligarquia. Também constatou-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento. O imigrante foi assim, o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário e “moldado” nesse processo, pela atuação da Igreja Católica com fundamentos *ultramontanos*.

Palavras-chave: Imigração italiana; política de imigração; Pastoral do Imigrante; imaginário da cultura do trabalho.

ABSTRACT

The main purpose of this research is to comprehend the role played by Catholic Church in the determination of an immigration policy to Brazil and the role in the development of an ideal immigrant model that could be manipulated to expand and consolidate the religion, trying to understand the reason why the Catholic Italian immigrant was chosen in this context. Therefore, this work sought to deepen the study on the transition period from slave to free labor as well as the way how the process of a specific work culture formation took part, associated to the Italian immigrants and their descendants. The methodological procedures used were: bibliographic and descriptive research. Bibliographic, once sought to explain the main objective of the research through several theoretical frameworks, trying to understand and analyze the scientific and cultural contributions concerning the Italian immigration and its relation with Catholic religion. Descriptive, once it was intended to describe the characteristics and connections between the topic of this study and a specific reality, such as the case of the Italian Catholic immigrants in Espírito Santo, in order to identify the social representations and the group profile. It was understood that the political purposes of settlement and formation of labor market were built by another issue: the intention of maintaining the ascendancy of the Catholic Church on the majority of the country population, as well as the maintaining of its influence on the oligarchy. The research also found that the foreign immigration to Brazil and specific to Espírito Santo, was symbolically supported on the possibility of rising the worker to the condition of land owner, since the slavery system caused a mismatch between the reproduction of labor work and the expansion of the economic system that led to the strangulation of the colonial economy, requiring the creation of a labor market that served to the developed capitalists interests. The immigrant was so, the human agent performing the transformation of the worker ideology into the owner framed in this process by the Catholic Church and its *ultraframed* fundamentals.

Keywords: Italian Immigration; Immigration policy; Immigrant Pastoral; Work culture imagery.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
1.1- PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	12
1.2- FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DE ESTUDO	14
1.3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
1.4- ESTRUTURA DO TRABALHO	19
2- O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA PARA O TRABALHO LIVRE NO BRASIL	22
2.1- A BASE SÓCIO-ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO QUE ANTECEDEU AO PROCESSO IMIGRATÓRIO	24
2.2- A SIGNIFICAÇÃO DO CAFÉ NO PROCESSO	30
2.3- A CONCEPÇÃO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	34
3- A RELIGIÃO COMO UM DOS PILARES EXPLICATIVOS DO PROCESSO DA GRANDE IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL	41
3.1- A QUESTÃO IMIGRANTISTA NO PARLAMENTO	45
4- O PROCESSO QUE PRECEDEU À ARREGIMENTAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROJETO ECLESIAÍSTICO DE ASSISTÊNCIA AO IMIGRANTE ITALIANO	54
4.1- A CHEGADA DOS IMIGRANTES ITALIANOS AO BRASIL E A DECEPÇÃO COM O SONHO DO “ELDORADO”	57
4.2- O PAPA DOS IMIGRANTES	60
4.3- A PASTORAL DO IMIGRANTE	64
4.3.1- A implementação do projeto	70
5- O CATOLICISMO DE IMIGRAÇÃO	74
5.1- A DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO CATOLICISMO DE IMIGRAÇÃO	79

6- AMBIVALÊNCIAS NA IMIGRAÇÃO ITALIANA	83
6.1- IMIGRAÇÃO ITALIANA E SUA RELAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DA CULTURA DO TRABALHO PECULIAR	86
7- CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
8- REFERÊNCIAS	104

1- INTRODUÇÃO

Ao longo do século XIX a questão da imigração tornou-se um debate central na sociedade brasileira à medida que se agravava a crise do sistema escravocrata. O debate foi amplo e profundo envolvendo o modelo de sociedade e o projeto que se queria criar a partir da independência da Colônia, pois a imigração era concebida principalmente como política capaz de favorecer o povoamento e prosperidade do país visto como vasto e rico, mas com pouca população e concentrada na faixa litorânea, deixando o interior vazio e as riquezas inexploradas.

O regime de sesmarias havia criado a concentração de terras e imensos latifúndios, assim a imigração concebida como política de “colonização” baseava-se tanto no modelo da pequena propriedade familiar que produzisse para o mercado interno, como também na criação de opção de “braços para a lavoura” como mão-de-obra “livre” no lugar da mão-de-obra escrava para a grande propriedade exportadora, cada vez mais escassa, pela falta de reposição depois da interrupção do tráfico de escravos, em 1850 e da Lei do Ventre Livre, em 1871.

Ambas as questões, a de imigrantes convertidos em pequenos proprietários ou em mão-de-obra para a grande propriedade exportadora, levantavam a discussão dos regimes e contratos de trabalho: parceria, arrendamento ou salário? E originaram a reação nacionalista: por que entregar terra aos estrangeiros e negá-las aos nacionais? Por que não retalhar o latifúndio e entregar lotes aos ex-escravos que com sua vida e trabalhos construíram a riqueza do país? Por que não criar escolas agrícolas e preparar os milhares de indígenas para trabalhar nas lavouras?

A questão imigrantista introduziu também mais um elemento no debate racial, restrito até então ao indígena: subjugado, ao português: dominador, e ao africano: escravizado. Pensava-se então no europeu: superior, para “melhorar a raça”, aprendendo deles o amor ao trabalho manual e a operosidade. Mas, entre os europeus os mais indicados seriam os alemães ou os italianos? O debate racial envolveu ao lado das questões étnicas, a dimensão da cor, da mestiçagem, da

integração mais fácil ou complicada e, sobretudo a dimensão *cultural e religiosidade*, pois do alemão se dizia que era operoso, mas formava ilhas de isolamento linguísticos, e que os italianos aprendiam mais fácil a língua e se integravam mais rápido ao país, pois eram católicos: a religião oficial do Estado e a única reconhecida e mantida por ele, sendo os outros cultos apenas tolerados, o que trazia grandes obstáculos para o cotidiano do imigrante que não fosse católico, pois havia batismo em sua religião, mas não registro civil; casamento na sua Igreja, mas não casamento civil; cemitérios de irmandades, mas não cemitérios públicos onde todos pudessem ser enterrados sem discriminação; e ministros do culto católico, mantidos pelo Estado, mas não ministros reconhecidos dos outros cultos.

Dada a longa lista das questões envolvidas no processo migratório, a dissertação buscou oferecer o quadro geral das transformações que provocaram o fenômeno da grande massa de imigração no país de origem, a Itália, e no país de destino, o Brasil; a análise da questão de fundo, o processo de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre; e no debate em torno do tema da *religião* que está associado a esta questão central.

1.1- PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Realizando-se análise em duas dissertações orientadas pelo professor João Gualberto Moreira Vasconcellos no Programa de Pós Graduação em Administração da UFES – PPGADM/UFES, sobre aspectos da imigração italiana no Estado do Espírito Santo: *“Imigração italiana no Espírito Santo e a construção de um capital simbólico”*, de Pandolfi (2007), e *“Uma Itália que não existe na Itália – Tradição e modernidade em Venda Nova do Imigrante/ES”*, de Caliman (2009); nota-se que ambas trazem em suas composições pontos semelhantes em suas discussões:

- O primeiro a ser citado, é que os capixabas descendentes dos imigrantes italianos, são descendentes também de um processo civilizatório tardiamente iniciado no século XIX com a chegada dos seus compatriotas e de outros grupos de

estrangeiros ao Estado. Os italianos, que foram maioria, estabeleceram-se no campo com predominância das estruturas de pequenas propriedades cultivadas com a mão-de-obra familiar.

- Segundo, nota-se que estas pequenas propriedades familiares nasceram numa lógica vinculada ao trabalho e que deu ao Espírito Santo um processo de criação de identidade coletiva nascida no trabalho. Identidade essa, facilmente observada nos municípios de Colatina e de Venda Nova do Imigrante (cidades onde foram realizados os estudos das dissertações). Ressaltando que Davel e Vasconcelos (1998, p. 16), acreditam que essa presença marcante do trabalho do imigrante organizado, sobretudo, de forma familiar em pequenas extensões de terras, tenha sido um dos grandes fatores explicativos da forma especial com que empresários surgiram no Estado, e de sua diferenciação dentro do contexto brasileiro.

- Terceiro: comparando com pontos da herança colonial portuguesa, percebe-se que os lusitanos não tiveram uma religião que os estimulasse para o enriquecimento por meio do trabalho ou para o apreço às atividades utilitárias.

- O quarto ponto observado é que se constata que a imigração italiana teve um papel fundamental na formação cultural, social e econômica do Estado, deixando influências de alguns valores como: ética do trabalho, organização do grupo com base no núcleo familiar, e religiosidade.

- E por fim, o quinto ponto de observação é que nota-se também que todos esses fatores desenvolveram uma visão empresarial nos seus habitantes, contribuindo para que os dois municípios tornassem-se pólos de referência em serviços nas regiões onde estão localizados, um ao norte: Colatina, e o outro ao sul do ES: Venda Nova do Imigrante.

Em síntese, o que as duas dissertações trazem em comum são os elementos centrais da influência e presença da igreja na comunidade, do valor de cooperação entre os membros da família, e da cultura de valorização e

dedicação ao trabalho. E todos esses fatores como molas propulsoras do desenvolvimento local nas respectivas cidades.

Diante das constatações da influência da religião em diferentes fatores ligados à cultura do trabalho do imigrante italiano e de seus descendentes, definiu-se que o foco da pesquisa, seria o aspecto da *religião*, buscando elucidar por que o Segundo Império havia escolhido a imigração européia para expansão da mão-de-obra no Brasil, e como esse fato foi construído em termos de política pública nacional. A intenção foi de realizar uma pesquisa que pudesse esclarecer se houve uma relação do Estado brasileiro com a Igreja de Roma para atrair os imigrantes italianos para o Brasil, fato ainda não investigado nas obras capixabas que tratam sobre a temática de imigração italiana no Espírito Santo.

1.2- FORMULAÇÃO DOS OBJETIVOS DE ESTUDO

Assim, o objetivo central desta dissertação é compreender o papel desempenhado pela Igreja católica na determinação de uma política imigratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, tentando entender porque o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano. Buscando-se dessa forma aprofundar o estudo sobre o período de transição da mão-de-obra escrava pela livre e como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho específica, associada aos imigrantes italianos e seus descendentes.

E como objetivos periféricos, esclarecer: como o fim do trabalho compulsório foi contornado no Espírito Santo? Como se deu a sua relação com a imigração e em que ela tem a ver com a constituição da pequena propriedade no Estado? E como foi a criação de um imaginário da cultura do trabalho livre associada à imigração italiana?

Acredita-se que toda religião é uma expressão sócio-cultural de fé, de um encontro com o divino, mas que também possui sempre um peso social que transcende a dimensão puramente religiosa, pois conforme diz Wernet (1987, p. 6), é necessário insistir que ao lado do condicionamento social da Igreja, pode haver também um condicionamento eclesial da sociedade. Em outras palavras, é necessário refletir sobre como a organização e a cultura da Igreja têm sido condicionadas pela sociedade ambiente, e em que medida certos elementos estruturais e culturais da sociedade se situam na dependência da Igreja, de sua instituição e de sua doutrina.

Logo, nesse estudo multidisciplinar (pois, a Administração é uma ciência social aplicada), busca-se investigar as marcas deixadas pela imigração italiana na sociedade capixaba, que propiciaram a organização da vida produtiva após o período de transição da mão-de-obra escrava para a livre, e que lançaram as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por famílias de descendentes. Pretende-se assim, contribuir tanto para a continuidade das pesquisas que buscam compreender os desdobramentos da imigração no campo das organizações no estado do Espírito Santo, como para as pesquisas que buscam o entendimento dos fenômenos organizacionais relacionados ao mercado de trabalho e mão-de-obra.

1.3- PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tomando-se como base o entendimento de que a pesquisa científica tem por finalidade proporcionar compreensões para as questões que existem nos diversos tipos de conhecimento humano, Cerro; Bervian e Silva (2007, p. 60), destacam que alguns autores distinguem as pesquisas entre *puras* e *aplicadas*. Na pesquisa *pura*, também chamada de *básica*, “o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual por meio do conhecimento”. E na pesquisa *aplicada*, o investigador é motivado pela necessidade de encontrar soluções para problemas concretos e imediatos. Os autores ressaltam que as duas não se

excluem, nem se opõem e que ambas são indispensáveis para o progresso das ciências e do ser humano.

Assim, a pesquisa elaborada para a realização dessa dissertação é considerada como *pura*, pois buscou a compreensão intelectual do papel desempenhado pela Igreja católica na determinação de uma política imigratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, tentando entender por meio do conhecimento científico, por que o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano.

Quanto à classificação em relação aos procedimentos gerais que são utilizados, Cervo; Bervian e Silva (2007, p. 60 a 63), explicam que há pelo menos três tipos de pesquisa: a *bibliográfica*, a *descritiva* e a *experimental*.

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos busca-se conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema.

A pesquisa *descritiva* busca descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros e suas características, procurando conhecer as diferentes situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo isolado, como de grupos e comunidades mais complexos. Cervo, Bervian e Silva (2007), dizem ainda que a pesquisa *descritiva* desenvolve principalmente nas ciências humanas e sociais, pois aborda dados e problemas que merecem ser estudados, mas que ainda não possuem registros em fontes bibliográficas. E que a pesquisa *experimental* caracteriza-se por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo, interferindo diretamente na realidade.

Dessa forma, os procedimentos utilizados para a realização dessa dissertação foram: pesquisa *bibliográfica* e pesquisa *descritiva*. *Bibliográfica*, pois se buscou explicar o objetivo central da pesquisa por meio de referências teóricas diversas,

procurando conhecer e analisar as contribuições culturais e científicas sobre a temática imigração italiana e sua relação com a religião católica. É *descritiva*, pois se pretendeu descrever as características e relações existentes entre a temática de estudo e uma realidade específica, no caso a dos imigrantes italianos católicos no Estado do Espírito Santo, visando identificar as representações sociais e o perfil do grupo.

Dada a interdisciplinaridade que o tratamento do tema requer, foi necessário estabelecer recursos metodológicos capazes de atender à necessidade de levantamento histórico do tema. Porém, uma das principais dificuldades de um trabalho histórico é que não se tem ideia de todos os dados envolvidos na trama histórica quando inicia-se o trabalho, e assim muitas informações inesperadas vão surgindo da leitura das obras bibliográficas, e muitas vezes essas informações não são encontradas, já de forma a serem utilizadas, demandando um grande trabalho de pesquisa e análise crítica para determinação da ordem de exposição dos fatos e de quais informações são as mais relevantes para a abordagem do assunto.

Outro obstáculo também encontrado para a elaboração desse trabalho foi a dificuldade em localizar obras literárias e acadêmicas sobre a temática imigração italiana x religião, tanto pela escassez de produção sobre o assunto na atualidade, quanto por que quando localizadas, a maioria já estava com a edição esgotada e muitas vezes não disponíveis nem mesmo em sebos de outros Estados.

O livro *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante*, de Souza (2000), foi o apoio fundamental para os desdobramentos subsequentes da pesquisa, principalmente para o primeiro ponto de investigação sobre o processo de formação da política pública imigracionista. A obra também trouxe outra informação primordial: a existência do bispo de Piacenza Dom João Batista Scalabrini que passou a ser o personagem central para entendimento da relação Igreja e Estado durante o processo imigratório italiano. Homem considerado a frente do seu tempo, com potencial de visualização e interpretação da ação necessária para interagir no processo histórico de consolidação do capitalismo que se formava e redefinia as

relações entre os homens, compreendeu a importância da questão imigrantista como oportunidade para fortalecer o catolicismo na Itália e no além-mar, percebendo que se a Igreja soubesse aproveitar o momento, poderia adquirir uma posição privilegiada junto ao povo na nova ordem política mundial.

Na leitura dos princípios da Pastoral do Imigrante (projeto eclesialístico de assistência político-social aos imigrantes italianos que vinham para a América, criado por Dom Scalabrini, e abordado no capítulo 4), identifica-se, se não todos, mas muitos dos pontos apontados como convergentes nas dissertações analisadas de Pandolfi (2007) e Caliman (2009), evidenciando-se então, que as suspeitas de que havia uma relação do Estado brasileiro com a Igreja de Roma para fixar os imigrantes italianos em terras nacionais, estavam corretas. Fato confirmado posteriormente por meio da leitura atenta dos discursos dos padres parlamentares que atuaram no 2º Império, na coleção de cinco volumes da obra *O Clero no Parlamento Brasileiro*, da Câmara dos Deputados (assunto abordado no capítulo 3).

Dessa forma, ao encontrar bibliografia que respondiam às primeiras questões da pesquisa:

- a) Por que o Segundo Império havia escolhido a imigração europeia para expansão da mão-de-obra no Brasil, e como esse fato foi construído em termos de política pública?
- b) Houve uma relação do Estado brasileiro com a Igreja de Roma para atrair os imigrantes italianos em terras brasileiras?

Iniciou-se a elaboração do presente trabalho, que está dividido em sete capítulos.

1.4- ESTRUTURA DO TRABALHO

Após o capítulo 1: “*Introdução*”, o capítulo 2: “*O período de transição da mão-de-obra escrava para o trabalho livre no Brasil*”, busca situar historicamente o leitor sobre o momento da formação da economia brasileira num contexto de exploração da política mercantilista de Portugal, caracterizando a Colônia como *locus* de monoculturas geradoras de produtos primários destinados à Metrópole, por meio do emprego do trabalho escravo e ausência de incentivo à pequena propriedade rural.

Com a criação da Lei de Terras em 1850 (mesmo ano da proibição do tráfico interatlântico de escravos), observa-se no país os primeiros indícios de mudança na estrutura produtiva por meio do emprego do trabalho livre e da criação do sistema das pequenas propriedades rurais. Diante desse contexto, faz-se referências à base sócio-econômica do Espírito Santo no período que antecedeu ao processo migratório, evidenciando a importância do café e do imigrante para a saída do marasmo econômico e social em que se encontrava o Estado.

“*A religião como um dos pilares explicativos do processo da grande imigração italiana para o Brasil*”, constitui o capítulo 3. Aborda-se o debate preparatório da política migratória subvencionada pelo Estado e o tratamento dado pela Igreja no Brasil a essa questão, em detrimento ao embate com correntes a ela opostas. Destaca-se a idealização de um tipo determinado de imigrante aceito pela Igreja, pelo capital e pelos políticos como forma de controle ideológico da nova força de trabalho livre.

O projeto eclesiástico de assistência político-social ao imigrante italiano, foi o assunto que norteou o capítulo 4: “*O processo que precedeu à arregimentação e a formação do projeto eclesiástico de assistência ao imigrante italiano*”. A atitude do clero e da Igreja européia, ante a imigração, possibilitou a oficialização da estratégia scalabriniana, construindo a representação do imigrante católico italiano como o ideal para manter e consolidar os princípios ultramontanos da Igreja Católica na América. Refere-se também ao cenário de crise econômica que assolava os campos

da Itália mexendo principalmente com a estrutura das pequenas propriedades rurais, no mesmo momento em que no Brasil, às vésperas da República, o parlamento discutia a construção da política de subvenção à mão-de-obra européia em substituição à mão-de-obra escrava negra. A propaganda realizada pelo sistema de arregimentação fazia com que o italiano, diante da decadência econômica do seu país provocada pelo capitalismo agrário, acreditasse ser a América o “país das maravilhas”, onde encontraria a oportunidade de reconstruir sua propriedade rural com o auxílio do governo.

No capítulo 5: “*O catolicismo de imigração*”, discorre-se sobre a religião vivida pelos colonos em sua terra de origem e que foi trazida por eles em sua migração para o Brasil como parte constitutiva da própria identidade cultural, transformando-se num importante instrumento para que os colonos europeus mantivessem suas culturas originárias, impedindo ou retardando na medida do possível a sua integração na sociedade brasileira. Tal concepção trazia em seu bojo o preconceito ideológico de natureza colonialista, acreditando ser o catolicismo europeu superior ao catolicismo de outros países considerados como periféricos.

A crença na ideologia da imigração que concebeu a superioridade histórica do trabalho livre como superioridade cultural e até racial do imigrante em relação aos nativos, escravos ou não, é discutida no capítulo 6: “*Ambivalências na imigração italiana*”, demonstrando que o período da grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi um experimento de reinvenção de formas arcaicas de exploração do trabalho que auxiliassem a frear uma radical e rápida transição para a forma mais elaborada e típica do trabalho livre que é o trabalho propriamente assalariado, integralmente remunerado em dinheiro.

Por último, o capítulo 7: “*Considerações finais*” resgata que o trabalho tentou por meio da pesquisa bibliográfica, convidar o leitor para uma reflexão a respeito dos princípios e interesses da Igreja católica no período de transição da mão-de-obra escrava para a livre, e sua relação com o que se chama e se conhece como cultura do trabalho do imigrante italiano, pois em geral, a bibliografia sobre a temática

ressalta características distintas destes dos demais imigrantes que vieram para o Brasil, e o que pretendeu foi descobrir as causas de formação dessas peculiaridades. Desejando-se conduzir o leitor à compreensão do papel desempenhado pela Igreja católica na determinação de uma política imigratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, buscando elucidar porque o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano.

2- O PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA ESCRAVA PARA O TRABALHO LIVRE NO BRASIL

O objetivo desse capítulo é situar o leitor no momento histórico e econômico que antecedeu o processo das grandes levas de imigrantes europeus para o território brasileiro durante o século XIX e parte do século XX, no qual mais de 40 milhões de indivíduos atravessaram o Atlântico refugiados do sistema capitalista que se impôs no Ocidente, fazendo com que houvesse um excesso de mão-de-obra disponível na Europa.

O desenvolvimento da economia brasileira se deu no contexto do sistema mercantilista, que acreditava ser o acúmulo de capital (representado pelas pedras preciosas) e na prática do comércio exterior (para escoar os excedentes da produção) os fatores de prosperidade de um Estado ou nação. O Brasil enquanto colônia exploratória de Portugal fundou sobre essas bases a economia nacional, caracterizando-se como *locus* de monocultura geradora de produtos primários destinados à Metrópole, por meio do emprego do trabalho escravo e do latifúndio.

Com o comprometimento da produção para o mercado externo, o mercado interno e o mercado de trabalho nacional tiveram dificuldades de se desenvolverem. Campos Júnior (1996, p. 40), explica que ao contrário do que ocorreu com o fenômeno da urbanização européia, em que próximo às regiões produtoras se formavam inúmeras vilas e povoados fortemente ligados por vínculos econômicos, no Brasil produziu-se uma polarização extrema. As monoculturas não geraram uma rede urbana de grande magnitude no entorno das *regiões* produtoras, mas, por outro lado, criaram grandes cidades, que polarizavam *regiões* imensas.

Campos Júnior (1996, p. 40 a 43), também informa que em função da economia brasileira ser baseada em monoculturas que atendessem aos interesses comerciais portugueses, desenvolveu-se no país ciclos econômicos de mercadorias que eram mais consumidas na Europa como o açúcar, a borracha e o café. E como cada um desses produtos desenvolvia-se melhor em certas regiões do território nacional (seja

pelas condições climáticas, seja pelo maior acúmulo de recursos) teve-se o ciclo do açúcar no Nordeste, da borracha na Amazônia, e do café no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na ausência de uma malha de comunicação que interligasse os grandes centros produtores, as cidades-pólos não se relacionavam comercialmente entre si e sim diretamente com o exterior, observando-se então no decorrer desse processo o crescimento econômico e urbano apenas de algumas cidades brasileiras.

O sistema produtivo baseado essencialmente na agricultura, somado ao trabalho escravo e ao caráter agroexportador da economia, assim como a ausência de uma malha que ligasse as cidades, impediram o desenvolvimento de um mercado interno e da força de trabalho livre. Campos Júnior, ressalta ainda que o fato do trabalho ficar restrito à agricultura, não proporcionou um grau de diversificação das atividades do trabalhador nacional, ao contrário do camponês europeu que além de agricultor era também artesão.

Na obra de Martins (1973, p. 47 a 49), analisando-se o momento econômico que acontecia em paralelo na Europa, verifica-se que a Inglaterra após ter acumulado capital com a exploração do trabalho escravo em suas colônias nas Índias Ocidentais e com o comércio escravista, encontrava-se em condições favoráveis para financiar o processo da Revolução Industrial. Porém, uma vez estabelecido um novo padrão econômico, os interesses ingleses passaram a se opor ao monopólio das suas colônias no fornecimento de gêneros tropicais à metrópole, pois a exclusividade no fornecimento representava preços altos para os consumidores ingleses, que passavam então a realizar pressões para o aumento dos salários industriais. Dessa forma, a luta contra o monopólio traduziu-se, no plano imediato, numa luta contra o escravismo, e uma vez que a abolição da escravatura ocorreu na Inglaterra em 1833, os mesmos interesses antiescravistas passaram a pressionar as demais nações que ainda fundamentavam suas riquezas no trabalho escravo, como era o caso do Brasil, colônia de exploração de Portugal.

Por ocasião da invasão de Napoleão Bonaparte a Portugal e da conseqüente fuga da família Real em 1808 para o Brasil, D. João VI firmou alguns acordos com a

Inglaterra em troca da escolta na travessia do Atlântico para protegê-los de possíveis ataques das escoltas francesas. Gomes (2007, p. 117), diz que a liberação do comércio internacional da colônia foi o preço que D. João pagou pela proteção contra Napoleão, devidamente negociada em outubro de 1807, em Londres, pelo embaixador português D. Domingos de Sousa Coutinho. O acordo previa ainda a autorização para a instalação de uma base naval britânica na Ilha de Madeira. O autor também informa que no dia 28 de janeiro de 1808, há apenas uma semana que estava aportado em Salvador, D. João foi até o Senado da Câmara assinar o ato que ganhou mais destaque em terras brasileiras, autorizando a abertura dos portos ao comércio de todas as nações amigas, permitindo assim a importação de todos e quaisquer gêneros de mercadorias transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservavam em paz e harmonia com a Coroa portuguesa.

Assim, constata-se que diante de tantos fatores acontecendo simultaneamente, o trabalho escravo no Brasil tornou-se mais um problema do que fator positivo, e achar uma solução para a criação de uma nova força de trabalho livre e barata, uma medida necessária e urgente para atender os interesses dos grandes proprietários de terras que tinham na exploração da mão-de-obra um dos principais motivos para os altos lucros da sua produção. E essa solução apontou para o imigrante europeu e em sequência nas decisões do Parlamento, foram acrescentadas as características de ser também católico e italiano.

2.1- A BASE SÓCIO-ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NO PERÍODO QUE ANTECEDEU AO PROCESSO IMIGRATÓRIO

Nas leituras de Franco (1998, p. 28) e de Costa et al (1999, p. 10), encontra-se informações que permitem apresentar ao leitor aspectos físicos e geográficos do Espírito Santo. Localizado na região sudeste do Brasil, o Estado possui um território de 45.597 km², com uma extensão litorânea de 401 km ao longo do Atlântico e com uma largura média de 130 km. A costa apresenta pequenas reentrâncias, praias, baías e portos, já o planalto interior é formado por serras cortadas por vales e onde

correm às vezes rios e córregos. Limita-se ao sul com o Rio de Janeiro, ao norte com a Bahia e ao oeste com Minas Gerais. A zona montanhosa no centro-sul do Estado possui altitudes que variam de 700 a 800m, tendo de modo geral uma temperatura mais amena que o resto do território, sendo esse um dos fatores determinantes da predominância da escolha da área para a colonização européia, recebendo assim, a maioria dos imigrantes europeus que chegaram ao solo espírito-santense.

Derenzi (1974, p. 27), destaca que para a compreensão da relevância que a imigração teve no contexto sócio-econômico do Espírito Santo, é imprescindível entender primeiro os aspectos da formação de sua história política, pois até meados do séc. XVIII a Província não havia passado ainda da condição de mera divisão administrativa, não se sobressaía na balança econômica nacional e não tinha uma quantidade de habitantes suficientes para eleger um líder que participasse na trama administrativa do Império.

O Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios botocudos e aimorés) era uma das mais bravias do Brasil colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial.

Superado esse momento inicial, Oliveira (2008, p. 185) destaca que é também característico da formação histórica do Estado, o fato de que por muitos anos, os administradores portugueses e seus delegados no Brasil estiveram convictos de que os possíveis ataques estrangeiros às jazidas de Minas Gerais teriam o Espírito Santo como principal ponto de desembarque e início da marcha, e assim impediram por mais de um século a abertura de portos na região. A também proibição da abertura de estradas que ligassem a capitania à sua vizinha do oeste, somada a atenção dedicada às fortificações locais, demonstram o tipo de pensamento da Coroa portuguesa em relação ao Espírito Santo.

Compreende-se então, que em momento muito propício à expansão territorial e econômica, a capitania do Espírito Santo teve de limitar sua ocupação nas faixas litorâneas, servindo-se praticamente apenas de barreira protetora das zonas mineradoras em Minas Gerais, o que trouxe fortes consequências ao futuro capixaba. Assim, enquanto São Paulo beneficiava-se comercialmente fornecendo produtos alimentícios e tropas de muares para Minas, e o Rio de Janeiro progredia com o escoamento do ouro por seus portos, o Espírito Santo permanecia no marasmo e estagnado, servindo apenas como frente de defesa às invasões estrangeiras que quisessem chegar até Minas Gerais, não se favorecendo da proximidade natural com o emergente mercado mineiro.

No entanto, Bittencourt (1987, p. 20 e 21), acredita que este não foi o principal obstáculo imposto à colonização portuguesa no Estado e ao seu desenvolvimento econômico, e sim, o fato de que a forte produção no nordeste açucareiro que atraía a grande parcela do capital disponível para investimentos e demais fatores de produção. O autor explica que embora o açúcar também fosse o principal produto da economia local, os números da produção não eram expressivos, pois limitada à ocupação litorânea, a colonização não conseguia desenvolver sua agricultura nem atrair contingentes maiores de população para desenvolvimento da atividade. Além disso, a ausência dos donatários que legaram a administração da capitania a capitães-mores, contribuiu sensivelmente para a falta de uma orientação econômica de liderança que buscasse a integração da região à economia tropical de exportação.

Rocha (1998, p. 36), informa que somente em 1621, com o início do tráfico negreiro nota-se o crescimento da população e incremento da agricultura, embora de forma muito lenta. No século seguinte, também não se verifica expressivo crescimento da colônia, uma vez que a Vila de Vitória em 1730 ainda era a maior da província com apenas 5.000 habitantes e os produtos cultivados eram os mesmos do século anterior, destacando-se o açúcar como principal produto de exportação. Em 1780, a população ainda era pequena, com apenas 15.600 habitantes, porém o crescimento

passou a ser mais acentuado e em 1788/89 já se registrava uma população de 22.493 habitantes.

Oliveira (2008, p. 77 a 89), conta que a capitania vivenciou momentos de prosperidade com a formação de fazendas pelos jesuítas nos primeiros séculos da colonização, mas com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, em 1759, voltou a vivenciar períodos de crise.

Bittencourt (1987, p. 23 e 24), diz que nesse período além da Vila de Vitória, que era a capital, outras importantes povoações somavam-se na Província: Itapemirim, Benevente (Anchieta), Vila Velha, Guarapari e Almeida. As vilas comunicavam-se por meio de precária navegação de cabotagem pelos rios e litoral ou por velhas trilhas indígenas que só permitiam o transporte a pé ou em lombo de animais. O relativo isolamento entre as vilas era também facilitado pela quase auto-suficiência das propriedades agrícolas que produziam quase tudo que era necessário para a vida rústica que levavam.

Em Campos Júnior (1996, p. 68 e 69), também se encontra a informação de que o processo de ocupação territorial predominantemente litorâneo só apresentou mudanças a partir do crescimento da cultura do café na segunda metade do século XIX, em função da expansão das fronteiras agrícolas mineiras e fluminenses para o interior sul do Estado, já que a terra na província tinha um preço muito baixo (pois grande parte era devoluta e a ocupação se realizara até então, só no litoral).

Segundo Rocha (1998, p. 39 e 40), por volta de 1850, o café cuja produção regional já era equivalente a um pouco mais de 50% da produção açucareira, havia sido introduzido em praticamente todas as regiões do Estado, inclusive São Mateus, ao Norte. Vitória era a comarca que produzia a maior quantidade: 32% do total. Os outros produtos embora fossem cultivados em todas as regiões, tinham a produção mais concentrada em regiões específicas, sendo: a farinha de mandioca, em São Mateus (88%), e o açúcar em Itapemirim (53%). A partir desta década, a lavoura

cafeeira experimentou vigorosa expansão e tornou-se a principal cultura agrícola regional, condição que mantém até hoje (ROCHA, 1998, p. 39 e 40).

Franco (1998, p. 30 e 31), informa que de acordo com o recenseamento de 1856, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos, e que essa população estava mal distribuída pela província, havia várias extensões de terras (principalmente nas regiões montanhosas) desabitadas. As lavouras que se expandiam careciam da oferta de mão-de-obra para o trabalho, sendo importante lembrar que nesse período já havia leis restritivas à escravidão, como a proibição do tráfico de escravos negros.

A solução encontrada foi a organização de colônias de povoamento e o incentivo à imigração europeia, seguindo a linha de política pública nacional decidida no Parlamento do Império e que será abordada no capítulo 3 desse trabalho. Franco, também cita que a análise das áreas disponíveis na província privilegiou a região de montanhas, tanto porque o interior ainda não era povoado, como também por causa da sua característica climática, que oferecia melhores condições de aclimatização para o colono europeu. O autor continua sua narrativa, informando que pouco tempo depois, ocorreu também a colonização da região central por imigrantes europeus. Data desse período a formação das colônias de Santo Agostinho (atual Viana), fundada em 1813 por trinta casais de açorianos; Santa Isabel (1847), abrigando 163 alemães; e Santa Leopoldina (1857), reunindo 140 suíços. Foram fundadas também duas colônias particulares, uma em Rio Novo (1834) criada pelo major Caetano Dias, ex-trafficante de negros e que foi em 1855 transferida para o governo por falta de recursos financeiros do seu proprietário, e Fransilvânia, fundada em 1858 pelo Dr. França Leite.

Em artigo elaborado pelo professor Estilaque Ferreira dos Santos (2005, p. 56), que trata da conexão entre vias de comunicação, povoamento e colonização do Espírito Santo, encontra-se a informação que foi o presidente da província, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, quem deu início efetivo à colonização estrangeira em 1847, com a fundação da colônia de Santa Izabel atual município de Domingos Martins, mas que

logo de início já se manifestava frustrado por ter constado que havia uma grande distância entre o que se dizia das potencialidades locais, principalmente em virtude da localização privilegiada, e a real situação de atraso e insucesso que encontrou na província. Passando a estudar as causas para tal situação, Ferraz, que posteriormente assumiu o posto de Ministro do Império, concluiu que a maior problemática era a falta de trabalhadores livres para se dedicarem à lavoura, que pudessem tornar produtivas as longas extensões de terras devolutas e incultas, acreditando por isso que seriam os trabalhadores estrangeiros a melhor solução para o desenvolvimento econômico local.

De fato, foi relevante o acréscimo demográfico proveniente da imigração nesse período. Para exemplificar, encontra-se em Campos Júnior (1996, p. 87), dados interessantes sobre a colônia de Santa Leopoldina. Enquanto em 1857 ela foi fundada com 140 habitantes suíços, em 1870 já possuía o contingente humano de 2.000 indivíduos, sem que houvesse ocorrido ainda no Estado o processo maciço de imigração. Em mais dois anos apenas, a população passou para 5.000 habitantes e na década seguinte, precisamente em 1884, Santa Leopoldina já possuía 11.000 habitantes, conforme melhor visualizado no Quadro 1.

Ano	Número de habitantes em Santa Leopoldina
1857	140
1870	2.000
1872	5.000
1884	11.000

QUADRO 1 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM SANTA LEOPOLDINA

Fonte: Campos Júnior (1996, p. 87)

Nota: Dados adaptados pela autora.

As pequenas colônias contribuíram para a importância produtiva e para a ocupação da região central. No início de suas fundações, por volta de 1850, eram consideradas apenas áreas produtivas circunvizinhas à Vitória, porém a partir de 1872 com o aumento substancial da imigração, tornarem-se partes significativas da região central do Estado.

2.2- A SIGNIFICAÇÃO DO CAFÉ NO PROCESSO

Bittencourt (1987, p. 17 e 18), explica que apesar da crença generalizada de que a origem do café é arábica, e por isso até denominado na classificação binária das plantas como *coffea arabica*, pesquisas demonstram que é mais provável que tenha sido originado no reino de Abissínia (atual Etiópia), expandindo-se depois do séc. XIII para o Iêmen e demais regiões da Península Arábica e em sequência para os países do Oriente e do Ocidente, sendo sua lavoura aclimatada na Ásia, na Indonésia, nas Américas e na África tropical. A divulgação da bebida tornou-se maior com a propagação dos “cafés” da Itália, França, Inglaterra, Alemanha, Áustria e outros países europeus.

Mesmo com a variedade de versões sobre como foi o surgimento do café e de como foi a sua introdução no Brasil, é indiscutível o papel que os pioneiros tiveram na sua propagação na Colônia, nas mais diversas províncias de Norte a Sul até chegar ao Rio de Janeiro, de onde ocorreu a grande explosão dessa cultura agrícola estendendo-se pelo Vale do Paraíba chegando à Minas Gerais, ao Espírito Santo e em São Paulo (local onde o café encontrou seu *habitat* mais promissor).

Bittencourt (1987, p. 18), também ressalta que quando chegou ao Rio de Janeiro, o café dinamizou a economia brasileira, tendo desempenho superior a todas as atividades precedentes realizadas no Estado, de modo que no período da mudança do regime de Império para República, o território fluminense já era um imenso cafezal, devendo existir uma produção de aproximadamente 1.000.000 de pés da planta. Foi desse fato que originou o termo “febre do café”, quando este ao ganhar o Vale do Paraíba, formou os “oceanos de cafezais” que impressionavam aos que viam as paisagens. Também foi a partir daí que apareceu uma nova classe agrícola: a dos grandes barões do café, com alguns chegando a possuir mais de 6.000 escravos, em dezenas de fazendas diferentes e que chegavam até a ter estradas e portos próprios para escoamento de produções milionárias.

Foi assim, sob a hegemonia do Rio de Janeiro que o café irradiou-se como uma “mancha de óleo” para os vales e encostas do Espírito Santo no séc. XIX, reorganizando a economia capixaba em função da dinâmica da lavoura do café. Rocha (1998, p. 40), diz que inicialmente, o café foi plantado em todas as regiões, mas, já na década de 1870, verifica-se a concentração de sua produção nas regiões da capital e no sul, particularmente no município de Cachoeiro de Itapemirim, onde a marcha de expansão aumentou consideravelmente o número de escravos. Já a região da capital, não conseguiu atrair grande fluxo de escravos da mesma forma e assim, buscou na imigração européia a solução para ampliar a população e a lavoura cafeeira. No período de 1870 à 1920, um número expressivo de imigrantes foi introduzido no Estado, sendo majoritariamente direcionado para a região montanhosa central, que era área de influência da capital.

Campos Júnior (1996, p. 84 e 85), identifica no Espírito Santo três períodos referenciais dessa ocupação territorial, em decorrência do crescimento da lavoura cafeeira:

Primeiro, a ocupação interiorana no sul (1856-1872), caracterizada pela formação das fazendas ao redor de Cachoeiro de Itapemirim provenientes da chegada dos cafeicultores fluminenses e mineiros, que em maioria trouxeram a força de trabalho escrava para a realização do empreendimento. A população total do Estado que era de 49.092 pessoas em 1856, passou para 81.889 em 1872. Destes, 22.552 eram de escravos negros.

Conforme se observa na Tabela 1, em 1856 as exportações capixabas de café foram da ordem de 196.964 arrobas. No ano de 1872 alcançaram mais que o dobro: 432.414 arrobas, e em 1891 atingiram a marca de 1.250.838 arrobas, ou seja, quase o triplo das exportações em menos de 20 anos. Até 1897, as exportações cafeeiras continuaram crescendo, alcançando o número de 2.448.008 arrobas. Em seguida, ocorreram declínios provenientes da queda nos preços do produto no mercado externo. Essa instabilidade perdurou até o final da primeira década do séc. XX, quando as exportações voltaram a crescer de maneira mais estável.

Segundo, a imigração européia (1872-1888), que buscou ocupar as terras altas da região central, tendo o exemplo da colônia de Santa Leopoldina, já descrito, como referência desse período.

E terceiro, a segunda fase da imigração européia, essencialmente italiana (após 1888). Trata-se de um período importante, pois a população no Estado quase dobrou, passando de pouco mais de 100.000 habitantes em 1890, para 209.000 em 1900. Da mesma forma que elevou o contingente da força de trabalho livre, a imigração promoveu a ocupação territorial e provocou significativo aumento da produção cafeeira.

Constata-se assim, que houve no Espírito Santo uma explícita política de colonização que conferia à vinda dos imigrantes o papel de aumentar o contingente populacional, promover a ocupação territorial e expandir as potencialidades produtivas locais. Porém, destaca-se um fato: Campos Júnior (1996, p. 79), realizando um comparativo com a situação em São Paulo, chama atenção para o fato da passividade política do fazendeiro capixaba, que permitiu a condução dos rumos da imigração pelo governo do Estado, não fazendo nenhuma interferência no processo. Entende-se então, que enquanto nos grandes centros brasileiros havia fortes discussões da questão da imigração como forma de substituição da força de trabalho escrava, no Espírito Santo havia indiferença pelo fazendeiro e menor empenho do governo local.

Bittencourt (1987, p. 28 e 29), diz que desde o início do processo os investimentos nas técnicas de produção apresentavam-se bastante deficientes com métodos empíricos e utilizando instrumentos rústicos. Na escolha do terreno para o plantio não havia nenhum critério de seleção racional para a implantação da cultura, nem mesmo em relação à altitude ou outro fator que fosse de importância para a produção. Predominava o hábito da escolha de local onde houvesse área com floresta virgem, para que após a derrubada e queimada as mudas ou sementes fossem plantadas sem quaisquer tratamentos prévios, exames de solo, fertilizantes ou adubos.

Mesmo com a precariedade das técnicas de plantio, o café proporcionou a penetração contínua no solo virgem do Espírito Santo com extensas plantações sobretudo em Cachoeiro de Itapemirim, adensando as populações rurais, instalando novas cidades ao longo dos cursos dos rios e ocupando as serras da região central. Também segundo Bittencourt (1987, p. 29 e 30), com o passar dos anos, os agricultores compreenderam que nem todos os terrenos eram apropriados à cafeicultura e nesses locais, muitos retornaram à plantação da lavoura tradicional, como por exemplo, em São Mateus ao Norte, e Itapemirim ao Sul, onde secularmente se produziam respectivamente: farinha de mandioca e açúcar.

Mesmo com as precariedades expostas, iniciou-se uma nova e importante era para a economia capixaba: a província cujas rendas dependiam essencialmente da agricultura, começou a registrar os primeiros superávits orçamentários. Porém, a dificuldade da obtenção da mão-de-obra colocava-se como outro grande problema ao desenvolvimento da cafeicultura, já que a economia da província era secularmente estagnada não conseguindo dessa forma atrair com facilidade um nível adequado de crescimento da população, e em paralelo o advento do café coincidiu com o agravamento da falta de mão-de-obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850).

O aumento da procura por mão-de-obra escrava e a escassez na sua oferta, inflacionou o preço desse tipo de trabalhador tornando inviável a sua aquisição pelos pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, Bittencourt (1987, p. 31), explica que a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão-de-obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois conforme ressalta o autor, “a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho”.

Nota-se então, que partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Bittencourt (1987, p. 35), diz que pela primeira vez a dinâmica econômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização, buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

2.3- A CONCEPÇÃO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

Martins (1973, p. 51), reflete que com a promulgação da Lei Eusébio de Queiróz, que proibia o tráfico negreiro, passou a ser mais evidente a necessidade de uma política de imigração que constituísse um mercado de mão-de-obra que fizesse do trabalho livre um fator de produção economicamente aceitável pela grande lavoura. Assim, fazia-se necessário a introdução de imigrantes no país em grande número e com características específicas que produzissem uma grande oferta da força de trabalho.

Continuando sua análise, Martins diz que apenas suspender a política de colonização e manter a de imigração não seria o suficiente para transformar o imigrante em força de trabalho disponível para a grande lavoura, pois o regime vigente de ocupação das terras possibilitava que ele se transformasse em um proprietário e não em assalariado. Assim, a junção dos fatores: extinção do tráfico negreiro e mão-de-obra imigrante culminaram na chamada Lei de Terras (lei nº 601) promulgada no ano de 1850. A lei regulava o modo de ocupação das terras devolutas, promovendo a legitimação das que já haviam sido ocupadas e proibindo a aquisição por outra forma que não fosse o de compra. Além disso, permitia ao governo promover anualmente, à custa do Tesouro, a imigração de certo número de colonos livres e fundar colônias para sua alocação nos locais que julgasse mais

convenientes. Logo, além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, a lei condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital. E como a maioria dos imigrantes não tinha recursos suficientes para pagar o preço da terra, nem conhecimento suficiente para resolver os embaraços a que estavam envolvidas essas compras, os imigrantes (principalmente em São Paulo) não tiveram outra alternativa que não fosse o trabalho na grande propriedade.

Para melhor compreensão do processo, recorda-se que desde o descobrimento até o período colonial, a solução encontrada pela Coroa portuguesa para manter o domínio da colônia brasileira foi dividi-la e doar glebas aos donatários, concedendo-lhes poderes a fim de que desenvolvesse no novo território alguma atividade produtiva. Desse modo Nozoe (2005), explica que o sistema fundiário brasileiro até 1850, ainda tinha como herança o sistema de capitanias hereditárias e das sesmarias e a Lei das Terras buscou legitimar a posse por parte de quem as ocupava e decretou a devolução ao poder público de todas as demais que haviam sido doadas em Sesmarias e que não tinham sido cultivadas (daí o termo devolutas), passando a pertencerem ao patrimônio público.

Segundo Campos Júnior (1996, p. 50), a lei que só foi regulamentada em 1854 criou um mecanismo de seleção ao acesso à terra, pois comprovada a necessidade de substituição do escravo como força de trabalho, a imigração de colonos para substituir o trabalho compulsório foi a solução encontrada, porém surgiu aí um problema que acarretou alguns entraves entre o setor produtivo e os bancos, já que os primeiros queriam utilizar uma mão-de-obra que desse continuidade ao processo de exploração do trabalho (pois era dessa forma que garantiam os lucros), enquanto os segundos, queriam a mercadoria produzida e também pretendiam criar um outro elemento de hipoteca que garantisse o seu capital investido na produção. A solução encontrada foi aceitar o trabalho livre do imigrante, porém a terra passava a ser o elemento de hipoteca, sendo necessário dessa forma, que ela fosse adquirida por preço satisfatório, e isso, em princípio, só poderia ser alcançado se criassem a sua escassez.

Entende-se então a partir dessa informação, que enquanto a terra era livre e o trabalho compulsório, o escravo era a renda capitalizada e hipoteca como garantia de empréstimos, e quando o trabalho passou a ser livre e a terra restrita, esta passou a ser a reserva de valor no sistema capitalista do Império.

Na obra de Campos Júnior (1996, p. 50 e 51), observa-se que em São Paulo, a proposta defendida pelos bancos foi a de transformar os imigrantes em pequenos proprietários para assim criar uma demanda pela terra que elevasse seu preço e valor hipotecário em substituição ao escravo negro. Porém, os fazendeiros não aceitaram a ideia, pois ela ameaçava a manutenção do sistema produtivo cafeicultor baseado no latifúndio que poderia ficar sem mão-de-obra. Como contraproposta, preconizaram a valorização do trabalho, de maneira que cada imigrante só passaria a ter posse de sua pequena propriedade após ter trabalhado na fazenda e juntado algumas economias, para então adquiri-la. Assim, desejando obter êxito com a política de imigração, esta foi realizada primeiro por intermédio da criação de colônias oficiais, que serviriam como modelo de atração para os imigrantes:

Praticamente todos os núcleos coloniais desse período, estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura da sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos, conservadoramente comprometidos com o princípio da propriedade privada e do trabalho familiar autônomo (MARTINS, 1980, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 52).

Quando o colono se estabeleceu, principalmente nas fazendas paulistas, recebia pagamento fixo pelo trato do cafezal e pagamento proporcional pela quantidade de café colhido. O cultivo de subsistência, por meio das lavouras brancas intercaladas ao café, na prática da relação de trabalho familiar (muitas vezes utilizando os domingos e feriados), gerava um excedente comercializável que supria o que o salário não proporcionava.

Campos Júnior (1996, p. 94), ao contrário do que ocorreu em São Paulo, os imigrantes que se fixaram no Espírito Santo, em grande maioria, não se estabeleceram em regime de colonato, e sim, receberam do governo local títulos de propriedades de terras, cultivando geralmente apenas um sexto da sua propriedade

e deixando o restante em mata. O café em razão da maior lucratividade que proporcionava na exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, e o milho apresentava-se como o suporte comercial do sítio, no período de entressafra do café garantindo a manutenção do seu estabelecimento. O excedente das colheitas de alimentos era vendido na praça comercial mais próxima, e o café, ao dono do armazém, onde faziam as compras. Essas colônias vinham atender principalmente a necessidade de ocupação do solo e número de habitantes na Província, predominando por isso a localização destas na região montanhosa central que ainda não era povoada.

Campos Júnior (1996, p. 97), diz que para cada família de imigrantes que chegava no Estado, o governo cedia uma parcela de terra em média com 25 hectares para que dela tirasse o sustento da família e procedesse ao povoamento das áreas não cultivadas. Os resultados que obtinham com a venda do café constituíam lucros extras, pois necessitavam de pouco para sobreviver, além daquilo que produziam nas suas terras. Porém, o pequeno proprietário imigrante no Espírito Santo, diferente do fazendeiro paulista, apesar de aparentemente menos explorado, não conseguia reter excedentes em suas mãos, senão o indispensável para a sua reprodução, pois o próprio tamanho do estabelecimento dificilmente geraria excedente nas mesmas proporções que nos latifúndios paulistas.

Assim, Campos Júnior (1996, p. 101), conclui que não havia a possibilidade de ter ocorrido concentração de excedente na esfera da produção no Espírito Santo e prossegue seu raciocínio exemplificando o fato por meio de números de produção dos dois Estados:

(...) Uma indicação que ilustra o que foi dito é a seguinte: enquanto a produção de todo o Espírito Santo no ano de 1900 representou 2,19% da produção nacional, a de São Paulo correspondeu a 63,06%. E, considerando o período de 1900 a 1967, a produção capixaba nunca chegou a representar mais do que 10% da produção do país. Esse raciocínio conduz a uma das formas para explicar a modesta urbanização de Vitória, mesmo sem grandes empreendimentos ligados às atividades comerciais. E, por sua vez, isto está relacionado ao grau de oportunidades criadas nas cidades para os investimentos urbanos.

O trabalho familiar dominava o cultivo das terras e como já dito, o imigrante europeu desconhecia o assalariamento. Geralmente como tinham poucos recursos em sua pátria, não possuíam nenhum capital, nem a prática comercial:

O colono é um sitiante que tem de executar todos os trabalhos, contando, apenas, com o auxílio de pessoas da família; quando esta não pode levar a cabo a tarefa, recorre ele à ajuda dos vizinhos. Quase nunca lança mão de braços assalariados (WAGEMANN, 1949, apud CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 96).

Campos Júnior (1996, p. 96 e 97), apoiando-se nas descrições de Ernst Wageman, relata que nas regiões colonizadas pelos imigrantes, cada um era senhor de si mesmo. Salvo as possíveis diferenças de fertilidade das terras, todos possuíam iguais recursos materiais para desenvolverem suas capacidades de trabalho. O colono era tido como possuidor de grande potencial de trabalho: nas derrubadas, nas construções das casas e abertura de caminhos, e executor de tarefa com destacável rapidez:

O dia de trabalho começava às sete; no inverno despertava às seis; no verão às cinco. Trabalhava até as onze e meia, pausando para a refeição do almoço; recomeçava às quatorze, continuando até o escurecer, por volta das dezoito horas no inverno e prolongando um pouco mais quando no verão. Algumas vezes trabalhava também à noite, confeccionando cestos e peneiras; deitando-se por volta das vinte e uma horas. Mas, essa rigidez aparente era quebrada quando da sua vontade, pois era possuidor de ampla liberdade.

A exceção desse modo de fixação do imigrante no Espírito Santo, ocorreu quase que exclusivamente nas grandes fazendas de café na região de Cachoeiro de Itapemirim (no sul), pois com a abolição da escravatura, a estrutura produtiva no Estado, que estava baseada na grande propriedade não conseguiu se reerguer e a solução buscada pelo governo local foi a de criar uma política própria de imigração.

Campos Júnior (1998, p. 167), explica que como as receitas públicas do Estado estavam em crescimento devido ao aumento da produção, ao preço internacional do café que estava atraente, e aos recursos dos impostos provenientes das exportações, o Espírito Santo teve um aumento cinco vezes maior do que as receitas de períodos anteriores. Como resultado, em apenas quatro anos (de 1892 a 1896) o governo local trouxe para terras capixabas a mesma quantidade de

imigrantes que o governo central havia trazido para a província em trinta e quatro anos.

Saletto (1985, apud Campos Júnior, 1998, p. 167), narra que para atrair o imigrante ao trabalho nas grandes propriedades de café no sul do Estado, os fazendeiros tiveram que oferecer vantagens, uma vez que no Espírito Santo o imigrante teve condições de escolher entre fixar-se nas colônias do governo, dando-lhe a possibilidade de ser um pequeno proprietário (mesmo que em local de difícil acesso e depois de muitos anos de produção) ou de trabalhar na grande propriedade. Esse fato o leva a conjecturar que as condições oferecidas ao imigrante conduzido para o Espírito Santo foram melhores que as oferecidas ao imigrante que foi para São Paulo, pois existem registros que apontam para esse pensamento: "... por causa da falta de mão-de-obra os fazendeiros foram 'forçados' a oferecer a meação em condições muito mais favoráveis ao trabalhador do que nas outras regiões do país".

Também se encontra no mesmo artigo, a informação de que no Espírito Santo o imigrante foi parceiro do fazendeiro, recebendo até um percentual sobre o café vendido, e que tinham a autorização de cultivar lavoura branca (arroz, milho, hortaliças, e outros) nas "ruas" de café, ficando com toda a produção. Todas essas condições diminuíram o tempo de permanência do imigrante na grande propriedade, tanto porque permitia que acumulassem recursos com mais facilidade, como também porque no Estado a terra era mais barata que em São Paulo. Desse modo, todas essas informações permitem supor que são indícios de fatores que permitiram a formação de uma cultura do trabalho específica e diferenciada dos imigrantes italianos e de seus descendentes no Espírito Santo.

Campos Júnior (1998, p. 168), diz que ao mesmo tempo em que o fazendeiro precisava oferecer vantagens para que o imigrante optasse por trabalhar em suas terras em vez de ir para as colônias criadas pelo governo local, ele arriscava tornar inviável a sua propriedade, pois reduzia a sua margem de lucro. Por isso, quando aconteceu a crise da lavoura cafeeira em 1897, em virtude na queda do preço do produto nos mercados internacionais, verificou-se no Espírito Santo a falência de

muitas fazendas, que acabaram por serem divididas em lotes e colocadas a venda, o que deu ao imigrante mais uma possibilidade de acesso a terra. Os lotes eram vendidos por preços baixos e a prazo, aceitando-se como pagamento o café produzido, o que permitiu que um grande número de pequenos proprietários direcionasse sua produção para os vendedores de lotes, que passaram a serem grandes comerciantes de café, ou atravessadores. Essas atividades constituíram relações que promoveram uma nova estruturação produtiva predominante no Estado, baseada na subordinação da produção ao comércio, que possibilitou de forma definitiva e duradoura as estruturas das pequenas propriedades no Espírito Santo

3- A RELIGIÃO COMO UM DOS PILARES EXPLICATIVOS DO PROCESSO DA GRANDE IMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

Observa-se na literatura sobre o tema imigração italiana que seja do ponto de vista emocional, psicológico ou econômico, a religião foi vital no processo de enraizamento desses imigrantes em terras brasileiras. Zanini (2007, p. 529), diz parafraseando Durkheim, que a religião permitiu a continuidade de certa ordem de mundo, de classificações, representações e hierarquias em que a Igreja, como instituição, desempenhou um papel fundamental, aliás, indissociável da própria italianidade.

Colbari (1998, p. 129 e 130), diz que a literatura que aborda a concepção da política imigrantista do governo brasileiro, quer no fim do Império quer no princípio da República, aponta ser esta a componente de um projeto de gestão da população, o que envolvia o adensamento, branqueamento e elevação civilizatória dos habitantes do país. Em geral, os pesquisadores dessa área citam que tal política perseguia dois objetivos não-excludentes: o povoamento das regiões de fraca densidade populacional e a constituição de um mercado de trabalho para substituir a mão-de-obra escrava na produção mercantil-exportadora. Porém, pretende-se demonstrar neste trabalho que os dois propósitos - povoamento e formação do mercado de trabalho - estavam cimentados por outra questão: a intenção da manutenção da ascendência da Igreja católica sobre a maioria populacional do País, e assim também, da manutenção de sua influência junto à oligarquia. Assim, buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica em obras históricas, investigar se houve uma ligação do Estado com a Igreja católica para a formação da política pública imigrantista.

Souza (2000, p. 16), argumenta que uma Igreja acostumada ao longo da história, a visualizar a imigração da Europa para o Brasil como exclusivamente constituída de católicos, mobilizou-se quando percebeu que a avalanche de braços europeus para a lavoura poderia destituí-la da possível representatividade que tinha por ser a religião da maioria, ainda que pudesse não mais vir a ser a exclusiva religião de Estado, dada a possibilidade cada vez mais real da Proclamação da República que

iria abolir a obrigatoriedade da religião e criar o Estado laico. Seguindo o raciocínio desenvolvido pelo autor, entende-se então, que se a imigração fosse realizada com qualquer opção religiosa, esta poderia significar a perda não só do espaço de poder, como também da possível manutenção da ascendência sobre as massas populares. Ou seja, para a Igreja era fundamental que a imigração para o Brasil fosse realizada em apoio ao catolicismo e, por isso, este deveria ser o contingente populacional subvencionado.

Não se pode afirmar que a Igreja detinha poder para direcionar o Estado e a sociedade para atender a seus objetivos, mas baseando-se na leitura das obras históricas que pesquisam o tema, percebe-se que é reducionista considerar que ela estivesse à margem do processo, pois no período, a Igreja organizava-se fortemente para ampliar não só sua influência, mas também seu poder, por meio da perspectiva *ultramontana*, utilizando pessoas em posição estratégica e com força suficiente para fazer representar os interesses eclesiásticos, como pode ser observado, por exemplo, no livro de Carvalho (2007), pois é citado por diversas vezes a intensa devoção e ligação da Princesa Isabel à ala *ultramontana* da Igreja Católica, o que não agradava ao imperador Dom Pedro II que era adepto das ideologias liberais.

Wernet (1987, p. 96 a 100), explica que *ultramontano* é um termo utilizado para referir-se ao integrismo católico, isto é, aquelas pessoas ou grupos católicos que sustentam posições tradicionalistas, apegadas à linha doutrinal anterior ao Concílio Vaticano II. O termo tem sua origem no adjetivo *ultramontano*, pelo que a italianos costumavam se referir àqueles que nasceram na França e Alemanha durante a Idade Média. *Ultramontano* significa “*para além das montanhas*”, em referência aos Alpes que separam a Itália e o Vaticano. Quando se sabia que tinha sido eleito um papa de uma região não italiana, a este se costumava chamar “Papa *ultramontano*”. No período *ultramontano*, há, pela Igreja, uma rejeição à ciência moderna, principalmente à teoria evolucionista de Darwin, à democracia burguesa, ao capitalismo e ao comunismo, estabelecendo-se um saudosismo da Idade Média. São ainda retomadas decisões do Concílio de Trento (1545-1563) no sentido de combater o protestantismo, o que gerou, na prática, a criação de seminários

fechados para a formação do clero e de colégios católicos, masculinos e femininos, para a educação da juventude.

Dessa forma, a intenção desse capítulo será compreender o papel desempenhado pela Igreja na determinação de uma política imigratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar o *ultramontanismo*, comprovando que o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano. Observou-se ao longo da pesquisa que embora o tema da imigração italiana tenha sido explorado com mais vigor nos últimos anos, não se encontrou uma obra local, e poucas nacionais, que abordem ou investiguem os motivos que conduziram à escolha predominante do imigrante italiano em detrimento de outras nacionalidades, e que ultrapassem a visão limitante do quadro político e social que a Itália atravessava no período.

Wernet (1987, p. 03 a 06), defende que a história eclesiástica é uma disciplina histórica e não teológica, pois a religião possui sempre um peso social que transcende a dimensão puramente religiosa. Diz que a religião pode atuar em sentidos diferentes, ou apegando-se a formas sociais passadas, para domesticar os oprimidos e legitimar a dominação dos donos do poder, ou para comprometer, conscientizar e libertar. Havendo assim, um aspecto pessoal e outro social no fenômeno religioso, Wernet acredita que a dimensão social precede à pessoal, pois é da sociedade que cada um recebe as palavras necessárias para definir seu sentimento religioso. Dessa forma, procura investigar como a organização e cultura da Igreja têm sido condicionadas pela sociedade e até que ponto certos elementos estruturais e culturais da sociedade se situam na dependência da Igreja, de sua instituição e de sua doutrina.

Em Wernet (1987, p. 64 e 65), também se encontra a informação de que foi principalmente após o processo de emancipação política de 1821-22 que os padres se mostraram mais envolvidos nos processos políticos sendo que já no Governo Provisório de 23 de junho de 1821 observa-se a nomeação de quatro padres como deputados. O autor destaca ainda que na ocasião em que José Bonifácio de

Andrade e Silva apresentou em 29 de dezembro de 1821 a famosa carta à Dom Pedro de Alcântara - com aproximadamente oito mil assinaturas - solicitando a sua permanência no Brasil, logo em seguida, a 02 de janeiro de 1822, o bispo diocesano D. Mateus de Abreu Pereira entregou outra carta com a mesma finalidade e constando assinaturas de mais de cem clérigos, completa Wernet (1987, p. 65): “Desse momento em diante, a presença do clero na vida política é uma constante”.

O envolvimento político do clero aconteceu com mais ênfase ainda na esfera municipal, como vereadores, juizes de paz, juizes de direito, juizes de órfãos, delegados e subdelagos de Polícia. Padres na política e padres dedicados a profissões mundanas eram dois lados da mesma moeda e geralmente pelos mesmos motivos: para melhorar sua situação financeira e para garantir sua autonomia e independência como vigários (WERNET, 1987, p. 67 e 68). Conforme pode-se notar no discurso de D. Romualdo Antônio de Seixas (realizado no Parlamento em 22 de julho de 1826) em defesa da lei sobre a liberdade de imprensa, a estreita ligação entre a Igreja e o Estado:

A Igreja [...] sendo uma sociedade perfeita, [...] tem o direito de punir com censura e outras penas da sua competência aqueles que atacarem por palavras ou por escrito a sua doutrina, a sua constituição, competindo ao Governo prestar-lhe o necessário auxílio para não ficarem ilusórias e desprezadas [...] as armas espirituais da religião. [...]

A religião auxilia e fortifica o Império, consagrando as leis civis e imprimindo o selo da divindade no contrato que liga os cidadãos entre si com o Governo; o Império auxilia a religião, fazendo guardar o respeito que merecem os seus dogmas, a sua moral e os seus ritos.

A Igreja “emprega, antes de tudo, os meios da brandura e persuasão; chama, admoesta, e repreende, mas quando os seus ditames e admoestações são desprezados, ela tem, sem dúvida, o direito de desembainhar contra os refratários a espada das censuras e de apartá-los da comunhão ou da sociedade cristã.” [...] “Não é de presumir-se que concedemos aos Bispos o poder que lhes é próprio, só pelo fato de o reconhecermos e declararmos em um dos artigos da legislação que estamos fazendo” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979, 2v., p. 135 e 136).

Este exemplo dá uma ideia da situação da Igreja com relação ao Estado: o sacerdote era funcionário público servindo ao Estado, o qual, por sua vez, deveria contribuir para a manutenção do clero. Assim, o clero anunciava os dogmas da

religião, que era uma das firmes colunas do Estado, e o Estado pressionava o clero para que continuasse a desempenhar sua função de sustentáculo do regime.

Essa estreita interpenetração entre religião e sistema político ficava ainda mais evidente, uma vez que a paróquia era o ponto de convergência da vida civil, política e religiosa devendo o cidadão e o cristão ter o mesmo centro de convergência:

A paróquia era a célula administrativa mais importante no sistema eleitoral brasileiro. As eleições realizavam-se na Igreja Matriz, precedidas pela missa solene do Espírito Santo, na qual se invocava a graça divina para que iluminasse a todos. Lá reuniam-se os votantes, eleitores de primeiro grau, nos termos da Constituição, que escolhiam diretamente os vereadores e juizes de paz, assim como os eleitores que, nas eleições de segundo grau, elegiam os deputados provinciais e gerais. A paróquia do ponto de vista eleitoral era a paróquia, instituição de direito canônico. A paróquia era realmente a célula-máter da vida civil, política e religiosa (WERNET, 1987, p. 69).

3.1 A QUESTÃO IMIGRANTISTA NO PARLAMENTO

A monarquia deixou como herança para o regime republicano, o projeto liberal, que era no formalismo da lei, laico e apoiava a imigração européia para o Brasil em substituição à mão-de-obra escrava negra, porém a lei, antes de consagrar-se como meio de garantir braços para a lavoura, foi precedida pelo debate em torno da religião oficial e das demais orientações religiosas.

No Império, entretanto, a imigração que se buscava estimular era, de preferência a protestante. Isso é atestado pelas primeiras iniciativas para evitar a imigração católica. Acreditava-se que esta era fonte de ignorância, superstição, retrógrada, antiliberal e contra o progresso. A imigração protestante era tida como a mais adequada à democracia, à modernização, ao liberalismo e ao capitalismo.

Dessa forma, os protestantes eram interpretados como superiores aos católicos, pois defendiam o “progresso” por meio do desenvolvimento técnico e industrial e, assim, estavam mais próximos ao ideal de avanço tecnológico e econômico inerentes à expansão do capitalismo. Aproveitando essa compreensão, presente na sociedade, os laicistas e os protestantes fizeram no Brasil a sua propaganda de seleção religiosa, além de apoiarem o livre comércio e a liberdade de opinião, base para garantir sua sobrevivência em uma sociedade de religião oficial, à qual também eram contrários, assim como propalavam o progresso cultural das ciências (SOUZA, 2000. p. 31)

Observa-se nas obras de Souza (2000) e da Câmara dos Deputados (1978-1980, 1v. a 5v.), que as disputas ideológicas sobre a decisão da religião que os imigrantes deveriam possuir, foram longas e dinâmicas, precedendo a decisão pelo tipo de nacionalidade dos mesmos. O autor ressalta que Aureliano Cândido Tavares Bastos (1839-1875), como outros liberais, apoiavam a ideia de que a imigração protestante, sobretudo de alemães, suíços, ingleses e norte-americanos, era a solução para o desenvolvimento e a economia do país. Tais ideias, atribuídas ao comportamento protestante, encontraram apoio posterior em pensadores como o economista belga Emile Louis Victor de Laveleye (1822-1892) e depois em Max Weber (1864-1920).

A visão da imigração como meio de progresso foi um tema crescente no Parlamento e na sociedade, encontrando sua antítese no discurso *ultramontano* que desejava privilegiar o imigrante católico, pois “Para a Igreja, a unidade da fé era a fonte da própria unidade nacional, o que justificava como necessário ao implemento da imigração que o imigrante fosse católico e, assim, pleiteado com satisfação; [...]” (SOUZA, 2000, p. 32).

As primeiras tentativas em delinear uma política imigratória planejada pelo Estado já eram observadas em agosto de 1823, quando o Pe. Venâncio Henriques de Resende, representando o clero no Parlamento, já se pronunciava a favor da imigração para povoar o território e garantir braços para o trabalho na lavoura, não se opondo a qualquer tipo de religião ou nacionalidade, desde que os imigrantes se naturalizassem:

Uma nação que se constitui; uma nação nova colocada como a nação brasileira em um território imenso, com mais de mil léguas de costa e um fundo indefinido, onde a natureza prodigamente ostenta um aparato da mais pomposa e magnífica vegetação e uma riqueza inexaurível no reino mineral, seria a mais feliz nação do mundo, quando lhe não faltassem os braços para pôr em ação tantos recursos.

Mas, Sr. Presidente, de que nos serve tanta vegetação, tantas riquezas em minas, se tão vasto continente é pobremente matizado por uma população apenas de quatro ou cinco milhões de habitantes; e essa toda heterogênea é pela maior parte escrava?

É, pois preciso franquear o nosso território, a nossa riqueza e abrir os nossos braços a todo o estrangeiro, que se quiser estabelecer entre nós, e

prestar-lhe toda a segurança e garantia e todas as nossas vantagens, a fim de fazer crescer a nossa população. [...]

Apresenta o projeto:

A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil decreta provisoriamente o seguinte:

1.º - Todo estrangeiro que de ora em diante se quiser estabelecer no território do Império e gozar dos foros e garantias de cidadão brasileiro poderá obter do Poder Executivo a competente carta de naturalização. [...] (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978, 1v., p. 181 e 182).

Observa-se que o clero presente no Parlamento foi de forma lenta, mas contínua atinando para a importância do processo imigratório. Em julho de 1841, o Pe. José Antônio Marinho, declarava que depois ter ouvido o Ministro de Estrangeiros afirmar que havia necessidade de diplomatas capacitados a conseguir o estímulo da emigração para o Brasil, considerava que isto só ocorreria quando o país provasse à Europa que era capaz de observar todos os tratados estabelecidos:

Enquanto não mostrarmos à Europa que observamos com toda a religiosidade os nossos tratados, enquanto não procurarmos favorecer quanto em nós couber empresas tais como da Companhia de Congo Soco, da companhia da navegação do Rio Doce, e outras muitas, não poderemos oferecer vantagens sólidas para que possamos ter uma emigração tal qual nós necessitamos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979, 3v., p. 555).

Em 04 de julho de 1846, o Pe. Tomás Pompeu de Sousa Brasil posicionou-se favorável à imigração, assinando com mais 20 deputados, entre eles o também Pe. Lopes Garcia, o projeto de Nunes Machado que proporcionava ao fazendeiro que em sua propriedade mantivesse ao menos 50 famílias de imigrantes, num total de 200 indivíduos, a quantia de 80\$000 por pessoa, desde que não tivesse escravos na mesma fazenda:

Todo fazendeiro ou proprietário de terras que fundar em sua fazenda ou terras uma povoação de colonos agrícolas pelo menos de cinqüenta [sic] famílias que perfaçam mais de duzentos indivíduos tirados de país estrangeiro, e que não tenham tido no Brasil residência ou domicílio anterior ao tido nessa fazenda ou terras, receberá do Tesouro Nacional uma indenização de 80\$000 por cada indivíduo, se mostrar quw na mesma fazenda ou terras não trabalham escravos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979, 4v., p. 256).

A questão imigrantista evoluiu e acabou desencadeando no debate sobre os casamentos mistos e dos protestantes, que possuíam o *status* de concubinato, já

que oficialmente apenas o da Igreja católica era reconhecido pelo Estado como legítimo para fins jurídicos. Diante de tal posicionamento, a Câmara de Berlim tomou como resolução proibir a emigração dos alemães para o Brasil, enquanto não fossem satisfeitas determinadas exigências, dentre as quais a decretação de uma lei que professasse legal os casamentos entre protestantes e católicos e entre os protestantes somente, deixando de ser considerados, como concubinatos.

Na obra da Câmara dos Deputados (1980, 5v., p. 20), encontra-se a passagem em que José Antônio Saraiva, Ministro dos Estrangeiros, afirmava ao deputado Tavares Bastos que enquanto o casamento civil não fosse reconhecido separando-se o sacramento, do contrato, seria inviável a imigração para o Brasil de estrangeiros. Manifestando-se também sobre a questão, o deputado Teófilo Ottoni insistia na urgência de uma decisão do Governo que considerasse legítimos os casamentos entre protestantes e os casamentos mistos, verificando-se então, um grande debate entre o parlamentar e seu colega de plenário o Pe. Pinto de Campos, demonstrando a intransigência da visão *ultramontana* da Igreja católica sobre o assunto:

O Sr. Pinto de Campos: - É um escândalo que felizmente o país não terá de presenciar (*apoiados*).

O Sr. Ottoni: - A voz do nobre deputado não é a voz da nação.

O Sr. Pinto de Campos: - Posso assegurar-lhe que é (*apoiados*).

O Sr. Ottoni: - O nobre deputado, ministro do Evangelho, deve dar o exemplo de tolerância.

O Sr. Pinto de Campos: - Não há tolerância quando se trata de esmagar o erro; neste ponto sou intolerante.

Um Sr. Deputado: - Ouçamos o orador.

O Sr. Ottoni: - Tanto mais deploro as dificuldades em que se têm achado diferentes Ministérios para resolverem esta questão, quanto, no meu modo de entender, ela é a mais simples que se pode imaginar (*apoiados*).

Sr. Presidente, abalanço-me a dizer; se eu fora ministro da Coroa, antes que o Parlamento tivesse chamado a si esta questão, eu a teria resolvido por um regulamento (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, 5v., p. 19 e 20).

Teófilo Ottoni também lembrou que embora a religião católica fosse a religião oficial do Estado, que todas as outras eram admitidas pela Constituição do Império. Então, o Pe. Pinto de Campos interveio novamente e ressaltou que elas não eram admitidas e sim toleradas, desde que os cultos fossem realizados em locais específicos e sem manifestação exterior ao templo, ao que o deputado Ottoni rebateu:

Quem permite admite (*apoiados e não apoiados*). [...] No momento, pois, em que a Constituição proclamou que são permitidas no Império as outras religiões, reconheceu como consequência [sic] indeclinável que os casamentos abençoados pelos padres das outras religiões também são casamentos legítimos.

O Sr. Pinto de Campos: - Não apoiado; isso é anticatólico, é contra os artigos da nossa fé.

O Sr. Ottoni: - Desde este momento ficou líquido para mim que todo o casamento que tivesse as bênçãos de um padre da religião de um dos cônjugues, dadas segundo o ritual da respectiva religião, é um casamento válido perante a lei.

O Sr. Pinto de Campos: - Misericórdia! (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, 5v., p. 20).

Embora sejam registrados nas obras de Souza (2000) e da Câmara dos Deputados (1978-1980, 1v. a 5v.), inúmeros debates sobre o assunto, o primeiro projeto de lei instituindo o casamento civil só foi apresentado à Câmara em 1884 e a questão só foi findada com a queda da Monarquia em 1890, revelando assim o grau de influência formal que possuía a Igreja no Parlamento do Império: liberal, mas batizado no catolicismo.

A disputa entre os interesses da Igreja, defendendo a imigração católica, e os liberais defendendo a imigração protestante como fonte de modernização (sobretudo dos alemães, em razão do mito de desenvolvimento que envolvia aquele povo), teve seu desenlace a favor do catolicismo em 1874 após a Revolta dos Muckers. Conseguindo os deputados clérigos obterem o apoio dos deputados liberais para o seu tipo de imigrante almejado: o católico.

Carneiro (acesso em 30 mai. 2010), explica que a chamada Revolta dos Muckers foi um conflito regional que se verificou, ao final do século XIX, na atual cidade de Sapiranga, na então Província do Rio Grande do Sul. Os Muckers foram um grupo de imigrantes alemães envolvidos em um movimento messiânico liderado por Jacobina Mentz Maurer e seu marido, João Maurer. A expressão *mucker*, em alemão, significa *falso santo* em português. Na época do conflito dos Muckers, Sapiranga chamava-se localidade do "Padre Eterno" e quase não havia falantes de português na região, sendo o idioma corrente o chamado baixo-alemão. As

promessas do Império brasileiro, particularmente da corte de Dom Pedro II, não tinham sido cumpridas e os colonos sentiam-se “jogados” numa terra inóspita sem que nenhuma ajuda do governo fosse dada. E foi num contexto de conflitos entre os camponeses pobres e os que conseguiram prosperar um pouco mais, que nasceram as condições da explosão do movimento dos Muckers.

Carneiro (acesso em 30 mai. 2010), explica que seguindo princípios morais muito restritos, rapidamente os Muckers entraram em conflito com o resto da comunidade retirando suas crianças das escolas comunitárias, desejando que elas não fossem influenciadas por outras mentalidades diferentes dos preceitos que seguiam. O grupo cada vez mais crente que sua líder Jacobina era a própria reencarnação do Cristo, passou a atacar aqueles que se opunham ou criticavam o movimento incendiando casas e matando os desertores. O episódio culminou com a intervenção militar e mais de 80 mortes entre membros do movimento e soldados

Tal episódio que teve seu desfecho em 1874, influenciou a concepção que os políticos liberais tinham da imigração protestante, pois estes acreditavam que tal comportamento só era compatível com o católico brasileiro considerado atrasado em termos culturais e não com o protestante alemão, que acreditavam ser defensor do progresso. Perceberam, então, que o protestante “fanático” do ponto de vista religioso era mais difícil de ser “controlado” que o católico popular (VIEIRA, 1980a, apud SOUZA, 2000, p. 39). Os Muckers causaram uma descrença tão significativa nos liberais sobre a imigração protestante que os conduziu à decisão de apoio à imigração católica, e na sequência dos fatos históricos, à imigração italiana e *ultramontana*.

Souza (2000, p. 40), narra que outro incidente significativo que contribuiu para essa visão, foi o ocorrido na fazenda em Limeira do senador Nicolau Pereira dos Santos Vergueiro. Pois, em 1852, o senador foi denunciado por manter colonos alemães e suíços como escravos brancos, o que resultou em 1859 num problema diplomático interrompendo a autorização de emigração alemã para o Brasil. Defendia-se o alemão como culturalmente forte, porém a prática demonstrava que assim também o era para submeter-se à forma de trabalho necessária, segundo a ótica do lavrador.

Os fazendeiros passaram a defender então, um novo tipo de imigrante que se adequasse e submetesse às condições impostas com menos resistência.

Observa-se que a bancada religiosa no Parlamento ganha mais força e em 27 de agosto de 1888, o deputado Pe. José Lourenço da Costa Aguiar, faz um discurso em defesa pelo subsídio à imigração italiana, pois estes teriam maior identidade com o povo brasileiro tanto pela similaridade da língua, como pela prática da mesma religião e declarando que não considera interessante para o Brasil a imigração subsidiada de povos de outras nacionalidades (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 5v., p. 267):

O erro dos nossos estadistas de hoje tem sido o de buscarem colonos de religião diferente da nossa:

[...] Sua excelência porém assim não entende, porque tem promovido a imigração italiana, sem necessidade de reformas de culto, porque essa segue a nossa religião e é a que nos convém. A liberdade de culto não serve para promover a imigração. É falso dizer-se que a corrente de imigração não se faz para o nosso país, por falta de liberdade de culto. Essa liberdade não domina nas populações que imigram para o Brasil [...].

Os alemães não procuram fazer causa comum com os brasileiros. Não aprendem a língua do país, nem assimilam os nossos costumes; constituem um estado no Estado. É sabido que o imigrante italiano é muito mais inteligente e industrioso, muito mais amigo do povo brasileiro do que o alemão que é mais rotineiro.

Souza (2000, p. 41), diz que assim, o mito do povo alemão, forte, trabalhador, operoso, defendido por alguns como a solução para os problemas da sociedade brasileira, enfrentou, diretamente, o ataque dos defensores da imigração católica, traduzida como italiana. Dessa forma, a religião foi apresentada como fonte de unificação cultural e social para o Brasil, pois ainda que estrangeiro, se o indivíduo fosse católico, seria melhor assimilado pela sociedade e o imigrante a ela integrar-se-ia como membro da catolicidade, fonte da “verdadeira cidadania brasileira”. A Igreja apresentava-se como a única fonte de unidade nacional, pois representava não a grande maioria da população brasileira, mas os brasileiros, em razão de sua oficialidade.

Constata-se então, que a imigração então orientada pelo Império e desenvolvida pela República foi majoritariamente católica, e que esta escolha não foi feita ao

acaso, sem intenções claramente elaboradas, e sim era o resultado de anos de debate e embate. Os pontos convergentes entre a Igreja conservadora-*ultramontana* e o Estado progressista: moral, família, trabalho, resignação e morigeração, vão evidenciar no “tipo de imigrante preferido” pelos fazendeiros para realizarem suas funções na lavoura.

Tanto o liberalismo, quanto o positivismo e o ultrmontanismo, embora querelentes nos documentos eclesiais, no discurso clerical e na imprensa, tinham, todos, verdadeira aversão ao caos, à anarquia e um terror a revoluções, por isso quando se tratava de uma ética em relação à moral, à família, ao trabalho e à multidão, as teorias entrecruzavam-se e adversários “irreconciliáveis” se uniam, refazendo alianças.

Essas idéias sustentaram uma política de seleção de imigrantes. Famílias tiveram preferências em relação a imigrantes solteiros. Além disso, os italianos eram preferidos em relação aos trabalhadores de outras nacionalidades. Os alemães sofreram fortes objeções porque preferiam de imediato o trabalho autônomo ... O italiano submisso, proveniente das áreas em que a economia ainda estava baseada em relações pré-capitalistas, preenchida uma condição essencial à reprodução capitalista numa economia ... que continuava a mesma apesar da abolição legal da escravidão.

É crença comum ... que a principal corrente de imigrantes italianos procedia das regiões industrializadas da Itália (havendo quem ... fale até na superioridade técnica do trabalhador italiano) ... fazem tal inferência a partir da superficial constatação de que tais imigrantes procediam do norte ... Tal suposição, entretanto, não é correta. ... do Norte, do Vêneto, era a região de onde procedia a maioria. Logo não vinham do norte industrializado. O Vêneto era tão pobre e subdesenvolvido como o sul.

Buscava-se, então, o imigrante ideal e idealizado, dócil, ordeiro, familiar, trabalhador, e a Igreja acenou, indicando aquele protótipo, o imigrante católico, que se encontrava com fartura de braços disponíveis na Itália, embora viesse a ser interpretada por parte da hierarquia daquele país como algo a ser detido, mas em processo de não só aceitação como de incentivo por parte do Estado italiano em oposição à postura da Igreja daquele país. Devendo, em meio a este processo, separar-se o “joio” (anarquistas, segundo agricultores e Igreja) do “trigo” (católicos), para que se fizesse a “correta” manutenção da ordem no Brasil (GAETA, 1992, apud SOUZA, 2000, p. 45 a 47).

Segundo Souza (2000, p. 47), o imigrante preferido estaria atrelado a esse conjunto social, legitimador da ordem, do trabalho, da família e da religião, estandartes do *status quo*, na ordem privada da sociedade, que se refletiria na ordem pública, em detrimento do questionamento social e político do país. Sendo preciso então, garantir um contingente majoritário desse imigrante tão apresentável também ao capitalista: morigerado (moderado no modo de viver; que tem bom procedimento),

dócil, ordeiro, resignado, familiar e trabalhador, o que era encontrado, segundo o discurso eclesiástico que obteve eco no parlamento e na sociedade, no imigrante italiano católico. Assim, teve-se uma política imigratória, basicamente pautada no imigrante italiano, no período de 1885 à 1902.

O debate sobre a questão imigrantista trazido ao Parlamento, mostrou que num primeiro momento, a Igreja se opunha ao processo imigratório, ainda que de europeus, pois percebia que tal movimento poderia minimizar sua influência entre a massa popular, sobretudo se a imigração fosse constituída de não-católicos, reduzindo o alcance de sua influência. Porém, uma vez que percebeu que não conseguiria deter o processo, a Igreja posicionou-se a favor da imigração, desde que esta fosse constituída majoritariamente de católicos, compondo um perfil idealizador destes como dóceis, ordeiros, morigerados e resignados, agradando as expectativas dos capitalistas que buscavam um tipo ideal de trabalho subjugado, mas sobretudo disposto ao trabalho pelas suas virtudes, o que era compartilhado com a oligarquia governante.

O processo imigratório de massa subsidiado pelo Estado, predominantemente familiar e católico, formou-se pela pressão da Igreja *ultramontana* e da adesão dos liberais, decepcionados com o imigrante protestante. Assim, infere-se que num momento histórico em que o Estado poderia ter optado por reduzir o poder da Igreja por meio da imigração protestante ou de qualquer outra religião, ele fez exatamente o contrário ao implementar e subsidiar a imigração católica.

4- O PROCESSO QUE PRECEDEU À ARREGIMENTAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROJETO ECLESIAÍSTICO DE ASSISTÊNCIA AO IMIGRANTE ITALIANO

Se para compreender o período da imigração no Brasil, é preciso buscar referências que ajudem a entender as dinâmicas particulares da história econômica e social do país que o conduziu à adesão ao sistema capitalista mundial (capítulo 2), também se faz necessário refletir sobre o momento político-econômico-social da Itália que acabou por resultar numa saída em massa de habitantes. Enquanto no Brasil, às vésperas da República, o Parlamento discutia a construção da política de subvenção à mão-de-obra européia em substituição à mão-de-obra escrava negra (que acabou por culminar na decisão pelo católico e italiano) do outro lado do Atlântico um cenário de crise econômica assolava os campos da Itália mexendo principalmente com a estrutura das pequenas propriedades rurais: o grande êxodo italiano está associado diretamente aos fatores seguintes ao processo de unificação do país.

Com o fim da era napoleônica, os países vencedores: Àustria, Rússia, Prússia e Inglaterra, buscaram reestabelecer o mapa político europeu, restabelecer a ordem na França e garantir a paz na Europa, para tanto, realizaram de 1814 à 1815 a conferência conhecida como o Congresso de Viena, que entre outras decisões, definiu que a Itália e a Alemanha teriam que ceder parte de seus territórios para a Àustria e Prússia respectivamente (HISTÓRIA DO MUNDO, acesso em 13 mai. 2011). Tal decisão não agradou aos povos italianos desses territórios, que passaram a realizar movimentos para reagrupar a nação dividida.

O movimento ganhou a adesão e força da alta burguesia, pois com as transformações econômicas e sociais que atingiram a Europa no século XIX, o norte da Península Itálica se desenvolveu e a industrialização impulsionou o comércio e o crescimento das cidades, criando-se uma malha ferroviária de interligação (CULTURA BRASILEIRA, acesso em 13 mai. 2011). Dessa forma, à alta burguesia interessava o restabelecimento das fronteiras nacionais, pois era uma oportunidade de expandir seus negócios e ficarem mais competitivos no mercado externo.

Embora o movimento tenha sido legítimo e contado também com a participação de diversas personalidades da época, da baixa burguesia e do proletariado urbano, entende-se que para à alta burguesia, a questão nacionalista era o pano de fundo para os seus interesses próprios, pois Boni (1998, p. 15 e 16), diz que em termos econômicos a unificação significou a vitória do capitalismo sobre as antigas instituições, fazendo com que os reinos, principados e cidades dessem lugar a um único país, derrubando fronteiras e alfândegas, e encontrando um mercado consumidor para os novos produtos industrializados que atingiu em cheio o modelo artesanal de produção, fazendo com que o pequeno agricultor passasse a depender exclusivamente do trabalho da terra.

Porém, em paralelo ao processo, as melhorias nos transportes marítimos possibilitaram à Argentina, aos EUA e à Ucrânia colocar trigo e milho (que produziam com fartura) nos portos italianos e a preços bem inferiores aos nacionais. A isto se acrescenta também uma sequência de anos com más colheitas e com aumento de impostos sobre a agricultura. Todo esse quadro conduziu a uma rápida deterioração da vida rural, com sinais de estagnação e até de retrocesso: pobreza, fome e doenças assolavam o território italiano (BONI, 1998, p. 16). A emigração surgiu como a esperança de reconstrução das vidas desses habitantes que não tinham mais expectativas em sua pátria, pois a sociedade não tinha como absorver produtivamente essa grande massa de desempregados:

Ora, os fatores que conduziram à expulsão, a princípio, eram mais determinantes que os de atração, não sendo a emigração freada pela camada dirigente ou dominante da Itália do século XIX que tinha nela o alívio das pressões sociais e das possibilidades de levante (ALVIM, 1986, apud SOUZA, 2000, p. 49).

Azzi (1987, p. 11), completa dizendo que a industrialização progressiva, sobretudo no norte do país, trouxe uma taxa de desemprego crescente. As idéias liberais que por um lado venceram o antigo sistema dos servos da gleba, permitiram por outro, a aparição dos grandes latifundiários reduzindo a situação do agricultor à condição de agregado ou peão.

Assim, diante dessa configuração econômica-social, a arregimentação pode contar com o apoio do Estado italiano que indicou por diversas vezes a região que deveria ser privilegiada pelos agenciadores nacionais ou estrangeiros que faziam a propaganda do lema “fazer a América” (que pode ser considerado como uma versão atualizada do lema colonial: “em se plantando tudo dá”), espalhando a esperança de se poder adquirir no além-mar, o que o sistema produtivo tornara inviável na terra natal. A emigração também era de igual interesse para os que permaneceriam no país, pois sinalizava como uma possibilidade de reduzir as tensões sociais e de melhoria nas condições de vida, reduzindo de imediato o exército de mão-de-obra excedente nos campos e cidades (SOUZA, 2000, p. 30 e 31).

No processo migratório da Itália para o Brasil, predominou o grupo originário da região do Vêneto (no Norte), que em maioria eram camponeses ou pequenos proprietários que não tinham condições de competir com a empresa capitalista em expansão na Europa. Portanto, o grande contingente migratório se deu a partir da busca do sonho de recompor seu país de origem num continente que segundo a propaganda dos agenciadores dispunha de terras em abundância e da possibilidade de usufruí-la com o apoio do governo local e do país.

Souza (2000, p. 63), ressalta que os italianos provenientes dessa região tinham em comum determinadas características entre as quais o trabalho familiar no qual a produção se apoiava, sendo a pequena propriedade o objetivo do núcleo familiar, pois se acreditava que, com ela, ter-se-ia independência econômica e produtiva; e serem analfabetos em sua maioria, não fazendo distinções entre uma região ser melhor do que outra no continente americano, a não ser quando vinham após correspondência de familiares ou de membros do mesmo lugarejo que já estavam acentados na nova terra. Na maioria das vezes entretanto, bastava o lema “fazer a América” como forma de estímulo à viagem.

Souza também explica que os verdadeiros recrutadores eram os próprios agentes locais, que desfrutavam de credibilidade e *status* nos lugarejos e vilas (mestres-escolas, secretários municipais, vigários e prefeitos), que induziam a população

empobrecida à fantasia de uma vida melhor. Sendo que o êxodo das vilas para o porto podia, por vezes, envolver aldeias inteiras, que partiam em procissão ao som de sinos, recebendo a benção do padre, quando aliás este também não embarcava.

4.1- A CHEGADA DOS IMIGRANTES ITALIANOS AO BRASIL E A DECEPÇÃO COM O SONHO DO “ELDORADO”

Souza (2000, p. 63), destaca que não só o imigrante era enganado com falsas propagandas do Brasil, como também os que o solicitavam o eram também, pois muitas falsas famílias foram constituídas no próprio porto visando o embarque para a América, possibilitando que pessoas que nada sabiam fazer nas lidas da terra como: artistas, dançarinas, professores, sapateiros e outros, embarcassem; e ao chegar em território brasileiro não conseguindo contratos, eram repatriados ou abandonados à própria sorte (muitos desses formaram os movimentos anarquistas em São Paulo).

Os que realmente vinham trabalhar nas terras, ao desembarcarem defrontavam-se com uma realidade bem diferente da divulgada: locais de difícil acesso, alimentação escassa, falta de assistência médica e religiosa, sendo que em algumas localidades do estado de São Paulo, até o chicote era ainda utilizado como tentativa de disciplinar o imigrante.

O tratado imigratório analisado à luz dos direitos humanos, hoje consagrados, é um monstruoso atentado às mínimas condições de vida. Trocou-se homem por terra! Não lhes foi resguardado ao menos a igualdade às máquinas operatrizes. A estas os fabricantes recomendam manutenção específica e os adquirentes cumprem com desvelo os preceitos indicados.

O homem, além da terra, não teve outra prerrogativa senão trabalhá-la e pagar tributos. Saiu do Egito e caiu no deserto. Resignou-se somente à proteção de Deus (DERENZI, 1974, p. 39).

Afinal, como esperar que o fazendeiro, senhor de escravos, que estava secularmente acostumado a lidar com sua mão-de-obra de forma ríspida e agressiva, fosse de um momento para outro, apenas com a chegada do novo tipo de

trabalhador, aprender a lidar com o empregado de forma diferente a que estava acostumado desde praticamente o início da colonização do país? Tais costumes e hábitos em relação à cultura do trabalho estavam imersas no imaginário social brasileiro como perpetuação do *modus operandi* português que foi associado na formação da cultura brasileira de gestão e que pode ser observado em muitas obras literárias que tratam do tema, como na obra de Laurentino Gomes (2007). A sobrevivência desse tipo de relação de exploração da força de trabalho por meio da violência, foi devido a permanência da instituição imaginária do trabalhador escravo, que ficou profundamente impregnada nas práticas sociais e políticas brasileiras. Pois em Gomes (2007, p. 62), encontra-se mais uma afirmação que permite reforçar essa percepção: Portugal, além de ter sido o último país europeu a acabar com a Inquisição, também foi o último a abolir o tráfico de escravos e assegurar a liberdade de expressão e os direitos individuais.

Também se faz necessário refletir sobre os sentimentos desses imigrantes que chegavam em terras brasileiras. Depois de anos de sofrimento em sua pátria, de suportar uma longa viagem que quase sempre era realizada em péssimas condições de acomodação, ainda chegavam no Brasil e se deparavam com situações totalmente opostas às que foram levados a acreditar com ausência de assistência econômica, religiosa, médica e educacional, e isolados muitas vezes do contato urbano. Souza (2000, p. 68 e 69), esse imigrante era fortemente ligado à religião católica e buscava nela às forças necessárias para a resignação diante de tantas situações sofredoras, porém como raramente havia uma igreja próxima às fazendas e vilas, a frequência ao sacramento era baixa, mas o desejo ou dever católico de frequentá-la permanecia no colono, pois o papel da Igreja, dos seus rituais e da figura do padre, tinham um símbolo muito forte para a mentalidade italiana.

A tradição católica, nessa população, tinha sua influência tridentina, a ponto de a identificação da Igreja, como instituição, estar centralizada no padre, que era a fonte de todas as bênçãos, sacramentos e assistência para a “redenção”, ou concretização do desejo da humanidade: a eternidade (SOUZA, 2000, p. 68 e 69).

O lazer era a oportunidade de se ir à cidade mais próxima e frequentar a missa ou uma outra cerimônia. Como o Concílio de Trento determinava a Igreja como a

mediadora entre o homem e Deus, para o imigrante italiano católico, o contato com a divindade só era possível por intermédio da instituição que poderia oferecer-lhes a redenção, uma vez que fora da Igreja, não haveria salvação, sendo o padre, o mediador mais próximo da população.

Souza explica ainda, que para o imigrante italiano, o padre era a porta de entrada para o paraíso celeste e também terrestre, já que a Igreja iniciava a organização de associações beneficentes de caráter patriota italiano, construindo orfanatos, creches e hospitais com a colaboração do imigrante, de alguns fazendeiros e políticos do século XIX.

A propaganda realizada pelo sistema de arregimentação fazia com que o italiano, diante da decadência econômica do seu país provocada pela industrialização agrária, acredita-se ser a América o “país das maravilhas”, onde encontraria a oportunidade de reconstruir sua propriedade rural e com o auxílio do governo. A realidade encontrada porém, foi muito diferente das expectativas criadas. Assim, a força da contrapropaganda também chegou na Itália por meio das massas de repatriados e das cartas dos imigrantes insatisfeitos que clamavam ajuda à Igreja.

Souza (2000, p. 72), diz que o processo migratório que atendia aos interesses das camadas dirigentes dos dois países envolvidos, Brasil e Itália, passou em função dos fatos narrados, a ter outra percepção pela Igreja italiana, em especial na figura do bispo de Piacenza Dom João Batista Scalabrini, que passou a percorrer a Itália denunciando as condições de tratamento inaceitáveis no país hospedeiro e a falta de projetos que oferecessem uma melhor condição de assistência ao imigrante. Tais pressões de protesto, levaram o Estado a tomar um posicionamento que culminou no decreto Prinetti em 1902, que proibia a emigração subvencionada para o Brasil.

Constata-se assim que embora a *Igreja católica brasileira*, tivesse travado por décadas a disputa no Parlamento para a manutenção da sua superioridade no número de fiéis por meio da escolha do tipo ideal de imigrante, ela não havia se programado para receber esse contingente imigratório e nem para dar-lhes

assistência. Dando margem para a interpretação das obras pesquisadas, que para a Igreja bastou a oficialidade do processo e a declaração de fé dos imigrantes.

Porém, do outro lado do Atlântico, a *Igreja católica italiana*, após as iniciativas frustradas de Dom Scalabrini de tentar acabar com a emigração em massa, sobretudo a subvencionada para a América, ao perceber que não encontrava eco nos interesses do Estado e da sociedade em geral, passou a organizar a implementação do projeto da Pastoral do Imigrante, que foi concretizada com a fundação da Pia Associação em 28 de novembro de 1887 (SOUZA, 2000, p. 73). A nova congregação passou a ser conhecida no início como Instituto Cristóvão Colombo, em homenagem ao descobridor cuja família era originária da diocese de Piacenza, daí serem os missionários chamados no início de colombinos. Num segundo momento passaram a ser designados como missionários de São Carlos ou carlistas, em devoção à São Carlos Borromeo, escolhido em março de 1892 como o patrono da obra. Posteriormente passaram a ser conhecidos como scalabrinianos em homenagem ao fundador do Instituto: Dom Scalabrini (AZZI, 1987, p. 18).

O projeto da pastoral do imigrante propunha acompanhar o imigrante católico desde a partida, dar-lhe assistência religiosa durante a travessia oceânica e na sociedade hospedeira, buscando a manutenção da catolicidade europeia *ultramontana*.

4.2- O PAPA DOS IMIGRANTES

Nascido em um pequeno povoado na região de Milão, em 08 de julho de 1839, João Batista Scalabrini, Figura 1, era o terceiro filho de uma família numerosa. Entrou para o seminário e se ordenou sacerdote em 1863, com 24 anos de idade. Foi professor e reitor no mesmo seminário e nomeado pároco, em 1870. Já em 1876 foi sagrado bispo e assumiu a diocese de Piacenza. Morreu em 1º de junho de 1905 e foi beatificado pelo Papa João Paulo II em 09 de novembro de 1997 (CEMCREI, 2009, p. 09).



Figura 1: Giovanni Battista Scalabrini – Fundador da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeo.

Fonte: Francavilla Angitola (acesso em 25 jun. 2011)

Souza (2000, p. 72), diz que o fluxo migratório que era percebido de forma positiva pelas camadas dirigentes dos países envolvidos, Itália e Brasil, aos olhos da *Igreja italiana* porém, deveria ser encerrado uma vez que a quantidade de cartas e relatos dos repatriados que chegavam ao clero denunciando as más condições de recepção e manutenção em terras brasileiras, tornavam-se cada vez mais constantes e numerosas. Foi por essa motivação, que Dom Scalabrini passou a viajar pela Itália, denunciando o sistema de arrematação e as condições de manutenção no país hospedeiro como inadequadas, não oferecendo um projeto real que viabilizasse melhores condições ao homem de seu país em terras estrangeiras.

Nesse período, o catolicismo italiano estava dividido entre intransigentes (*ultramontanos*) e transigentes (*romanizados*):

Os intransigentes apresentavam-se e pretendiam passar como os mais legítimos ostentadores da ortodoxia cristã, filosófica e política. Apregoavam-se defensores da fé, da tradição e da moral contra as novas idéias liberalóides que despontavam no horizonte. Seu lema – eles o repetiam aos quatro ventos – era a mais estreita união e adesão ao papa. Opunham-se por isso a toda e qualquer negociação com o governo italiano. O Estado precisava devolver pura e simplesmente os territórios ocupados.

Os transigentes, por sua vez, tendiam à formação de um partido que reagrupasse os católicos desejosos de conciliação bem como os liberais moderados, no intuito de opor-se aos liberais radicais e ao socialismo incipiente. Pediam a colaboração entre a Igreja e o Estado; parecia-lhes simplesmente utópico o retorno ao *ancién régime*, mesmo porque grande parte da classe dirigente autodenominavam-se de anticlerical. Pensavam

que certa neutralidade benévola era ainda melhor do que uma Igreja solidária com regimes temporais e falíveis. Propugnavam uma concepção mais moderna do homem, um respeito maior pelos direitos da personalidade e sua livre determinação, numa palavra, o que nós denominamos hoje de *autonomia do temporal* (RIZZARDO, 1974, apud AZZI, 1987, p. 12 e 13).

Azzi (1987, p. 12), diz por ser um homem de ampla visão, João Batista Scalabrini destacou-se na primeira década de seu episcopado pela tentativa de conciliar a Santa Sé com o governo italiano, com a intenção de flexibilizar a atitude conservadora da Cúria Romana, em sua posição *ultramontana* e antiliberal. Antes dele outros homens importantes na igreja italiana, como Antônio Rosmini e Gioberti, também haviam defendido uma postura conciliadora do pontificado romano, para não obrigar os italianos a uma opção entre fé católica e pátria. Contemporâneo e amigo de Scalabrini, o bispo de Cremona: Jeremias Bonomelli, também foi um defensor da idéia da conciliação.

Souza (2000, p. 75), explica que Scalabrini caracterizava-se por uma atitude ambígua no tocante ao discurso da Cúria Papal. Apesar de não ser adepto do *ultramontanismo* (intransigentes), o era da *romanização* (transigentes).

No ultramontanismo, a Igreja manifestava-se claramente contra a concepção de mundo moderno, de liberdade, de educação, de Estado e da forma de governo, empreendidos pelo pensamento liberal, e, por isso, negava-se a qualquer tipo de diálogo, adotando uma posição intransigente ante a nova ordem mundial, implementada pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, ela buscava uma remoralização, recristianização, em suma, uma clericalização da sociedade a partir do monopólio do sagrado manifesto na ênfase dada aos sacramentos e a determinadas piedades como as do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, ao modelo familiar católico, encontrado na Sagrada Família.

Já a romanização caracteriza-se especialmente pelo legalismo, pela institucionalização do sagrado, pelo fortalecimento da hierarquia, sobretudo ao atrelar toda a Igreja ao Papa, que é infalível desde o Concílio Vaticano I, formulando leis a serem seguidas pelos fiéis e pelos padres (SOUZA, 2000, p. 75 e 76).

Souza também conduz à reflexão que apesar de serem processos distintos, *ultramontanismo* e *romanização*, estão colados um ao outro na dinâmica da Igreja da segunda metade do século XIX e primeira do século XX, caracterizando-se como projeto único em resposta ao mundo moderno. E que na medida que se implementa um, fortalece-se o outro, mesmo que se esteja mais atrelado a um dos dois, como

era a situação de Dom Scalabrini. Adepto à romanização, Scalabrini seguia apenas por formalidade o *ultramontanismo*, pois o seu próprio discurso evidenciava que não o era. Assim, tolerava no clero o que os outros bispos não tolerariam, viabilizando espaço, por vezes, a um tipo de padre que era combatido pela própria instituição eclesiástica, o que lhe trouxe problemas para que os bispos do Brasil colaborassem com o projeto da Pastoral do Imigrante, a qual era precedida pelo preconceito da hierarquia do Brasil ante o clero italiano.

Intransigente era a conduta do Papa; transigente era a de Dom Giovanni Baptista Scalabrini ao buscar um acordo entre os dois mundos, que se distanciavam cada vez mais: o sagrado e o profano. Scalabrini visou recompor as dissensões entre Igreja e Estado, entre fé e ciência, entre Igreja e sociedade (SOUZA, 2000, p. 76).

Souza (2000, p. 77), classifica Dom Scalabrini como um homem a frente do seu período histórico, com potencial de visualização e interpretação da ação necessária (transigente) para interagir no processo histórico de consolidação do capitalismo que se formava e redefinia as relações entre os homens. Compreendendo a importância da questão imigrantista como oportunidade para fortalecer o catolicismo na Itália e no além-mar, percebeu que se a Igreja soubesse aproveitar o momento, poderia adquirir uma posição privilegiada junto ao povo na nova ordem política mundial.

Consciente da oportunidade de um trabalho junto ao imigrante, antes de implementar o projeto da Pastoral do Imigrante, passou a percorrer a Itália buscando sensibilizar a opinião pública sobre a gravidade do fenômeno migratório. De 1887 à 1892 fez pesquisas, deu conferências e escreveu opúsculos sobre o problema, fazendo-o entrar em debate nacional (CEMCREI, 2009, p. 12). Por meio das suas publicações e dos sermões que realizava, Dom Scalabrini realizava ampla e aberta antipropaganda da emigração alertando que o “fazer a América” era uma ilusão que mascarava um sistema de exploração da força da mão-de-obra ainda pior do que o instalado na Itália.

Azzi (1987, p. 14), diz que em 1887 ao publicar o opúsculo “*A emigração italiana na América*”, Scalabrini afirmava no que o fenômeno migratório era um fato de política econômica internacional, distinto da colonização política, convocando os católicos

italianos a deixarem de lado o isolamento provocado pela questão romana e unirem suas forças em vista da solução desse magno problema. E Azevedo (2006), completa explicando que devido a todas atividades realizadas na esfera da migração, Dom Scalabrini foi um bispo muito respeitado pelo governo italiano e organizações civis, sendo chamado pelo Papa Pio X de “Pai e Apóstolo dos Migrantes”.

4.3- A PASTORAL DO IMIGRANTE

A época da chamada “grande migração européia” compreendida no período entre 1875 e 1914, marcou o processo de mudança de numerosos europeus, em direção principalmente, da América em busca de melhores oportunidades de vida do que estavam vivenciando em suas pátrias de origem. Diante desse contexto social e econômico, entidades particulares e governamentais começaram a se preocupar com a situação de seus compatriotas em terras estrangeiras, com destaque para a Itália e Alemanha. Entre aqueles que se sobressairam na Itália pela preocupação com os emigrantes estava o bispo de Piacenza, Dom João Batista Scalabrini (1839-1905).

Souza (2000, p. 165), narra que ao aportar no Brasil, o imigrante não trazia apenas a sua força de trabalho para a lavoura cafeeira, mas também todo o seu arcabouço sociocultural, que, por vezes, estava, no que diz respeito à maioria dos italianos, atrelado aos valores religiosos *ultramontanos*. É a partir dessa compreensão do italiano como agente que traz consigo os mencionados valores que a hierarquia católica, passou a tê-lo como um aliado na implantação e consolidação do catolicismo *ultramontano* em terras brasileiras.

Como já explicado no capítulo 3, *ultramontano* é um termo utilizado para referir-se a pessoas ou grupos católicos que sustentam posições tradicionalistas, apegadas à linha doutrinal anterior ao Concílio Vaticano II, estabelecendo-se um saudosismo da Idade Média e a retomada às decisões do Concílio de Trento (1545-1563) no sentido

de combater o protestantismo, rejeitar a ciência moderna, principalmente a teoria evolucionista de Darwin, a democracia burguesa, o capitalismo e o comunismo. O Concílio de Trento pregava a Igreja como a mediadora entre o homem e Deus, e dessa forma o contato com a divindade só seria possível pelo intermédio da instituição, a qual poderia oferecer ao bom cristão a redenção desde que praticasse a conduta moral familiar católica.

Para garantir que o imigrante italiano, católico, de forte tradição *ultramontana* com influências tridentinas, não fosse conquistado pelo protestantismo, ou para os movimentos anarquistas e comunistas em terras americanas. Scalabrini e seus missionários passaram a implementar na Itália a Pastoral do Imigrante, pois temiam o enfraquecimento desse traço de cultura religiosa *ultramontana* nos que emigravam para o Brasil marcando significadamente sua presença em meio a essa população (SOUZA, 2000, p. 69).

Desde janeiro de 1887 (mesmo ano da publicação do opúsculo “*A emigração italiana na América*”), Scalabrini havia comunicado à Santa Sé seu programa de assistência aos migrantes. No programa estava incluído o desejo da fundação de um instituto de sacerdotes italianos que, após serem convenientemente preparados, exerceriam o ministério nos diversos países da América. Destaca-se que o regulamento da Pia Associação de Missionários redigido por Scalabrini, compreendia os seguintes pontos:

1º- Será admitido a fazer parte da Pia Associação o sacerdote que, de qualquer diocese italiana, tenha sido aprovado para atender confissões e tenha alcançado a idade de 30 anos, ou, pelo menos tenha exercido o sagrado ministério por três anos.

2º- Para ser aceito não será exigido exame algum, muito menos atestados médicos; pois a experiência ensina que a maior parte as vezes, pessoas de compleição fraca no país de origem, fortificam-se com a vida apostólica no exterior.

3º- É absolutamente indispensável que os aspirantes se distingam pela piedade, pelo caráter dócil, pela conduta irrepreensível e pelo zelo apostólico na salvação das almas. Como comprovante, requer-se o atestado do próprio bispo.

4º- As normas para a vida particular destes missionários serão as mesmas que a Sagrada Congregação de Propagação da Fé estabelece para os missionários do próprio Instituto, e que vivem em regiões longínquas.

5º- Os missionários não serão obrigados a ficar nas colônias italianas na América por mais de um ano; mas é deixada a seu critério uma permanência prolongada, e inclusive, por toda a vida, caso se sentissem inspirados pelo Senhor a consagrar-se sem reservas a um objetivo tão nobre.

6º- Antes de viajar para a América, os novos missionários retirar-se-ão durante um mês num local de sagrado recolhimento, a ser determinado, a fim de fortalecerem o espírito no exercício da meditação e da oração, como fizeram os apóstolos no Cenáculo antes de partir para a evangelização do mundo.

7º- Durante este mês de recolhimento sagrado, serão feitas oportunas conferências teológicas morais, de acordo com as necessidades especiais dos emigrados italianos, bem como para auxiliar os missionários a conhecerem os casos particulares que a Santa Sé houver por bem ab-rogar [sic] das regras gerais, em vista das condições excepcionais que encontrarão junto aos emigrados.

8º- Obrigar-se-ão os missionários a emitir antes de partir o juramento de não conservar, como próprios, dinheiro ou quaisquer objetos que lhe forem oferecidos, mas de tudo entregar ao superior da Pia Associação, regressando assim às respectivas dioceses no mesmo estado em que haviam deixado.

[...]

12º- Regressando à pátria, deverão apresentar ao próprio Ordinário atestado onde o bispo, do qual dependiam durante a missão na América, declare que sua conduta naquelas regiões tenha sido verdadeiramente irrepreensível (SCALABRINI, 1979, apud AZZI, 1987, p. 15 e 16).

Analisando-se que: o documento da Pia Associação declarava que somente aceitaria padres com mais de 30 anos ou com pelo menos 3 anos de sacerdócio, e que aceitassem permanecer no mínimo um ano em missão nas colônias italianas da América, devendo os sacerdotes serem encaminhados pelo bispo por meio de atestados, e que ao retornarem para a Itália, também deveriam portar carta do bispo hospedeiro que atestasse sua fidelidade à Igreja durante sua missão em continente americano; pode-se inferir que Scalabrini buscava por meio das regras estabelecidas selecionar e controlar da maior forma possível a conduta sacerdotal, buscando evitar que padres desejosos de aventuras e do “fazer a América” aproveitassem a oportunidade e embarcassem para o Novo Mundo com apoio institucional.

Para garantir que ninguém faria a América como missionário, haveria um termo em que tudo o que viessem a possuir na América, ao regressar, pertenceria à "... Pia Associação, regressando assim as respectivas dioceses no mesmo estado em que as haviam deixado", mas possivelmente em cargos melhores do que aqueles que tinham antes das fadigas no continente de missões. Ou seja, após, cinco anos na América, conseguiriam uma melhor colocação na hierarquia italiana, o que poderia levar muito mais tempo se pelos meios tradicionais ficassem atrelados, ou mesmo jamais realizar-se ante o número significativo de padres que no país havia; ou seja, podia-se "fazer a América" eclesiasticamente também (SOUZA, 2000, p. 84).

É importante ressaltar que Dom Scalabrini não era contrário totalmente ao processo de imigração e sim apenas a que era subvencionada e arregimentado pelo Estado como forma de atração do imigrante, pois acreditava que esse processo se prestava apenas a enriquecer agenciadores e iludir seus compatriotas.

Azzi (1987, p. 16), conta que a 26 de junho de 1887, o Papa Leão XIII tomou conhecimento da proposta de Scalabrini e posteriormente aprovou a nova congregação religiosa. O autor (1987, p. 18), também diz que já em 28 de novembro do mesmo ano, fundou-se oficialmente a Congregação da Pia Associação que no princípio foi conhecida como Instituto Cristóvão Colombo, daí serem os missionários chamados de colombinos. Num segundo momento passaram a ser designados como missionários de São Carlos ou carlistas, em devoção à São Carlos Borromeo, escolhido em março de 1892 como o patrono da obra, e posteriormente passaram a ser conhecidos também como scalabrinianos em homenagem ao fundador do Instituto: Dom Scalabrini.

Pode-se inferir que diante das denúncias realizadas sobre as condições dos italianos nas colônias da América e que não visualizando no decorrer do tempo nem no Estado, nem na sociedade, iniciativas de interromper o fenômeno imigratório; a *Igreja Católica italiana* percebeu que ficava cada vez mais a parte do processo e passou a visualizar no projeto de Dom Scabalabrini a possibilidade de dar uma resposta às situações críticas que estavam sendo vivenciadas pelo emigrante italiano em terras americanas, e assim, voltar a ter expressão e influência sobre o seu rebanho.

Scalabrini tinha da migração uma visão mais aberta que a da própria Igreja. Considerava que ela servia à expansão da Igreja e do Evangelho: onde fossem os migrantes cristãos, ali seria vivenciado o Evangelho. Somente, seria necessário que houvesse pessoas que alimentassem a vida da fé dessa gente (CEMCREI, 2009, p. 10).

Em julho de 1889, Scalabrini fundou em Placência na Itália, a Sociedade de Patronato São Rafael, inspirada na sociedade alemã homônima, com três finalidades principais:

1º - instituir em três ou quatro dos principais portos italianos uma equipe de sacerdotes e leigos com a finalidade de assistir e orientar os emigrantes na hora do embarque.

2º - instituir uma junta central em Roma, para receber a correspondência das subcomissões e amparar as instruções necessárias ao assunto.

3º - instituir nos portos principais da América do Norte e do Sul os comitês correspondentes de sacerdotes e leigos para receber e auxiliar os imigrantes (RIZZARDO, 1974, apud AZZI, 1987, p. 14).

Souza (2000, p. 88), explica que as sociedades de patronato tinham como objetivo ressaltar os deveres do patrão e dos empregados para a remuneração e trabalho justos. Pregava que o operariado deveria ser ordeiro, dócil e submisso, buscando dessa forma manter o controle social por meio dos institutos católicos caricativos ou organizacionais dos trabalhadores católicos, sendo a caridade a vertente assumida pela Igreja para as questões sociais que foram identificadas com as do operariado, partindo para a prática e não se limitando apenas ao discurso.

A 19 de setembro de 1888 a Santa Sé aprovou para uma experiência de cinco anos, o Regulamento da Congregação dos Missionários para os Emigrantes, vinculando diretamente à Sagrada Congregação para a Propagação da Fé. A finalidade do instituto foi assim delineada:

1º- Manter viva a fé católica no coração de nossos compatriotas emigrados e, na medida do possível, buscar o seu bem-estar moral, social e econômico.

A Congregação manterá esses objetivos:

1º- enviando missionários ou mestres onde a necessidade dos migrantes o requeiram;

2º- erigindo igrejas e capelas nos vários centros de colonização italiana, e fundando casas de missionários onde possam difundir sua ação civilizadora mediante visitas periódicas;

3º- estabelecendo escolas para ensinar aos filhos dos emigrados, junto com as primeiras noções de fé, os elementos de nossa língua, de matemática e da história da pátria;

4º- encaminhando aos estudos eclesiásticos os filhos de colonos que dão indícios de serem chamados ao estado sacerdotal;

5º- organizando juntas que auxiliem, orientem e acompanhem os migrantes nos portos de embarque e desembarque;

6º- assistindo-os durante a viagem marítima, seja exercendo o sagrado ministério, seja socorrendo-os em casos de doenças;

7º- favorecendo e promovendo as organizações e obras que se julgarem mais aptas a conservar a religião católica e a cultura italiana entre os emigrantes (RIZZARDO, 1974, apud AZZI, 1987, p. 17).

Observa-se nos princípios e objetivos da Pastoral do Imigrante, muitos dos aspectos que são mencionados nas dissertações que estudam os aspectos da cultura do trabalho no da imigração italiana no Espírito Santo, como de Pandolfi (2007) e de Caliman (2009), pois esses autores apontam em seus trabalhos como diferenciais da cultura do trabalho do imigrante italiano características peculiares desse povo como: a dedicação à religião, à família e ao trabalho; a valorização da educação e encaminhamento de pelo menos um filho por família para o seminário; a manutenção da cultura e lembrança da pátria por meio da continuidade do uso da língua e das manifestações folclóricas, formando-se assim pequenas Itálias no país hospedeiro, de modo a não perder a ligação com a Pátria, com o Estado e com Igreja Romana *Ultramontana*.

Caberia, portanto, à Igreja realizar a manutenção do imaginário cristão das consciências ultramontanas; ao mesmo tempo, percebia que as vilas então formadas transformar-se-iam em cidades que poderiam vir a ser pequenas novas Itálias, “micro-Itálias”, que sob a influência da Igreja, desde a sua origem, garantiriam um futuro próspero à religião, elaborando o modelo de família, de sociedade e de religiosidade (SOUZA, 2000, p. 86).

Assim, infere-se que muitas das características da formação da cultura do trabalho peculiar do imigrante italiano e de seus descendentes no Espírito Santo foram construídas, estimuladas e propagadas pelo discurso da Igreja católica *ultramontana* desde à Itália, que o acompanharam tanto durante o trajeto entre os dois países, como na instalação e adaptação no Brasil.

Na leitura de Souza (2000, p. 85), encontra-se a reflexão de que o projeto da Pastoral do Imigrante trazia consigo elementos diplomáticos formando uma estrutura que ao lado do Estado, influenciaria as pessoas envolvidas, controlando-as do ponto de vista cultural e ideológico, com os princípios da religião, do patriotismo e da política.

4.3.1- A implementação do projeto

Ante a Questão Romana (que se refere à disputa territorial ocorrida entre o governo italiano e o papado durante os anos de 1840 a 1929, que culminou na criação do Vaticano, com o estabelecimento do Tratado de Latrão durante o governo de Benito Mussolini), formaram-se dois grupos na Itália conforme já explicado: os intransigentes e os transigentes. O primeiro defendia o poder temporal do papado e era contrário à participação dos católicos na política, declarando o sistema vigente como ilícito. Já o segundo grupo, almejava uma reaproximação entre Igreja e Estado como forma de debate das questões existentes no país. Dom Scalabrini pertencia ao grupo dos transigentes e encontrou por meio da implementação do projeto sociopolítico-cultural da Pastoral do Imigrante uma forma de englobar pátria e família, Estado e Igreja, religião e civilização (SOUZA, 2000, p. 81).

Azzi (1987, p. 19), conta que já no ano seguinte à fundação da Congregação Pia Associação, iniciaram-se as expedições missionárias, sendo a primeira composta por dois grupos, um destinado à América do Norte e outro ao território brasileiro. As expedições para o Brasil foram direcionadas para as regiões de colonização italiana, tendo como prioridade inicial o Paraná e o Espírito Santo, pois nas duas províncias já tinham ocorrido um trabalho pioneiro desenvolvido por dois sacerdotes contemporâneos de Scalabrini, que também haviam se motivado para o trabalho de assistência aos migrantes, pois no final de 1883, o bispo de Cremona, Jeremias Bonomelli (amigo de Scalabrini), preocupado com o problema dos migrantes e atendendo às várias solicitações que recebia dos colonos residentes no

Espírito Santo que queixavam-se da falta de assistência religiosa, enviou o sacerdote capuchinho Marcellino Moroni d'Agnadello para o Estado, e em 1984, enviou o Pe. Pedro Colbachini, para o Brasil para organizar a assistência aos italianos no Paraná.

Souza (2000, p. 78 e 82), explica que evitando o termo “fiel”, utilizava-se da expressão “nossos compatriotas”, caracterizando o projeto assim não só como católico, mas também nacionalista e, portanto de interesse do Estado recém-unificado que poderia colaborar com a Igreja e vice-versa. Elemento também comum em seus discursos era o de denominar o país de destino dos emigrantes italianos, como “país hospedeiro”, evidenciando que a pátria de origem era única e que dessa forma deveria permanecer em suas memórias. Acreditava também que a religião no país hospedeiro, fortificaria o patriotismo e os princípios civilizadores ou religiosos, o que seria um bem para a pátria, pois na ocasião de receber de volta os que imigravam, perceberiam que apesar da distância e do tempo, esses permaneceram fiéis aos deveres, valores e cultura da pátria, o que também contribuiria para a imagem do governo e da Igreja no exterior.

Souza também explica que aos padres enviados à América caberia a estruturação da colônia italiana de tal forma que reconstruísse o país de origem de modo que o imigrante se sentisse como na pátria (fato bem observado na dissertação de Nara Caliman que narra a manutenção da tradição da Itália em Venda Nova do Imigrante no sul do ES). Ao mesmo tempo, dever-se-ia inculcar no imigrante a obrigatoriedade de cumprir com os deveres religiosos, mantendo assim, o fervor da devoção e a influência católica. Para garantir que ninguém faria a América como missionário, havia um termo que garantia que tudo o que viessem a possuir na América, ao regressar seria de posse da congregação; e que após cinco anos na América, ao retornarem para a Itália, conseguiriam melhor colocação na hierarquia eclesiástica, o que pelos meios tradicionais levaria muito mais tempo.

Souza (2000, p. 85), também informa que dentre os objetivos dos padres missionários destaca-se: a fiscalização dos agentes de emigração; estruturação de

uma secretaria para a colocação do imigrante no universo do trabalho e das colônias e, se não houvesse trabalho, dissuadi-lo de emigrar; promover a assistência religiosa durante a travessia e depois do desembarque e nos locais onde os emigrantes se estabelecerem; auxiliar nos cuidados de saúde; influenciar os governos locais para estabelecer uma legislação para os imigrantes; disciplinar o imigrante, formando colônias, a fim de evitar a dispersão dos seus iguais e promover e estabilidade como forma de controle social. Assim, o projeto trazia consigo elementos diplomáticos, construindo toda uma estrutura que influenciaria as pessoas envolvidas, controlando-as do ponto de vista cultural e ideológico, a partir da religião, do patriotismo e da política. Além disso, a implantação do projeto de assistência ao imigrante, buscava sobretudo resolver algumas dificuldades religiosas do clero local, que não falava o idioma ou dialeto italiano, era numericamente insuficiente e não gozava de boa reputação junto ao clero italiano.

Ainda em Souza (2000, p. 91 e 92), compreende-se que religião e pátria, foi o lema de Scalabrini, que proporcionou uma identidade sociopolítico-religiosa ao imigrante italiano que participou da Pastoral do Imigrante. Ao mesmo tempo, fortificou as práticas romanizadas e *ultramontanizadas* implantadas na Itália e arraigadas na psique do homem italiano, cabendo à Igreja realizar a manutenção do imaginário cristão das consciências *ultramontanas*. Entretanto, as dificuldades impostas aos missionários no Brasil pelo Clero local, na disputa pelo poder de domínio nas paróquias foram tantas, que mesmo com o apoio declarado do Papa Leão XIII, Scalabrini chegou a cogitar o fim de sua iniciativa no país. O que de fato ocorreu após a saída do seu grande companheiro de ideal o Padre Pedro Colbacchini do Paraná, em 1894, quando deixou o Brasil às escondidas por estar jurado de morte por ter-se envolvido nas questões de terra de colônias italianas. Retornando posteriormente em 1896 e vindo a falecer em janeiro de 1901, quando planejava retornar para a Itália.

Pouco antes de falecer, a 30 de maio de 1905, Dom João Batista Scalabrini visitou as missões do Brasil. Após sua morte, assumiu o comando da Congregação dos

Missionários de São Carlos Borromeo, o Pe. Domingos Vicentini, que já havia trabalhado no Rio Grande do Sul (AZZI, 1987, p. 111).

Fato interessante foi descobrir durante a realização da pesquisa que a Congregação dos Missionários e Missionárias de São Carlos Baromeu ainda é atuante em 28 países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e África, dedicando-se ao serviço evangélico e missionário de apoio aos migrantes. Sua sede é em Roma, e no Brasil possui maior atuação nos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Destaca-se também a existência do Centro Scalabriniano de Estudo Católico (CSEM), criado em 1988 com o intuito de atuar em parceria com universidades e outras instituições, com o objetivo de desenvolver pesquisas, eventos e análises sobre o tema das migrações e contribuir socialmente para a transformação da realidade na defesa e promoção dos direitos humanos de migrantes e refugiados (CSEM, acesso em 22 abr. 2010).

5- O CATOLICISMO DE IMIGRAÇÃO

Conforme vem sendo demonstrado ao longo do trabalho, o fenômeno da imigração foi acompanhado de importantes incidências da religião nos campos racial, ideológico, cultural, das relações de trabalho e economia brasileira. Além da entrada do grande contingente de europeus em solo nacional, o povo também foi afetado pela chegada de uma tradição católica, diferente da que foi introduzida pela colonização portuguesa.

Realizando um breve resumo histórico, Azzi (1993, p. 65), faz lembrar que quando os portugueses iniciaram a colonização do Brasil em 1500, o território era ocupado por nações indígenas que possuíam costumes, tradições, organização política e social, impregnados pelo universo religioso expresso por meio dos mais diversos rituais. A medida em que os negros africanos foram sendo introduzidos como mão-de-obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar, também trouxeram de suas regiões de origem as crenças religiosas que ocupavam lugar de grande primazia nas organizações política-social e nas tradições culturais. Porém, indiferente à presença anterior das religiões indígenas e as novas crenças trazidas pelos negros africanos, o governo português determinou desde o início da formação da colônia, que a única religião oficial e professada seria a de fé católica, pois o projeto missionário da Igreja fazia parte do escopo do plano de expansão e dominação colonial lusitana. Mas, as fortes vertentes da religião indígena e africana influenciaram de modo singular a sociedade a medida em que ia se processando a miscigenação racial, de modo que o scretismo religioso deu origem ao que se denomina de *catolicismo luso-brasileiro*.

Durante o século XIX, a história do Brasil foi marcada por um período típico de europeização, que se iniciou com a vinda da família real e estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, ocorrendo em seguida a abertura dos portos e a vinda de muitos cientistas e visitantes europeus. Azzi (1993, p. 66), informa que nesta época também se estabeleceu no Brasil a Nunciatura Apostólica (espécie de missão diplomática da Santa Sé equivalente a uma embaixada) como forma de estreitamento do episcopado brasileiro com a Cúria Romana e gradativa

independência em relação à Coroa Imperial, já que na Colônia era exercido o regime de Padroado que consistia na administração e organização da Igreja Católica pelo Rei, que além das atividades político-administrativa, também era responsável pela dimensão religiosa.

O autor explica que esse movimento designado como a *romanização* da Igreja do Brasil teve como uma das consequências mais marcantes do período, a decisão do episcopado nacional de “reformular” o *catolicismo luso-brasileiro* imprimindo-lhe as marcas e características do catolicismo romano, adequando o modelo tradicional de fé vivenciado pelo povo brasileiro aos novos padrões exigidos pela autoridade pontifícia, dando origem ao *catolicismo romanizado*. Nessa tarefa reformista, o episcopado contou com a contribuição de diversos institutos religiosos europeus que passaram a se estabelecer no território brasileiro e a exercer influência sobre a população, sendo importante ressaltar que embora com caráter autoritário e europeizante, a reforma veio satisfazer em grande parte às exigências religiosas e sociais das classes dominantes, principalmente nos centros urbanos.

Em Azzi (1993, p. 67), também se lê que simultaneamente ao movimento de reforma do episcopado, foi introduzido em outras áreas do Brasil pelos próprios imigrantes, o catolicismo de inspiração tridentina que designa como o *catolicismo de imigração*, pois era o já vivido pelos colonos em suas regiões de origem e foi trazido por eles em sua migração para o Brasil como parte constitutiva da própria identidade cultural, sendo estabelecido sobretudo em áreas de baixa densidade demográfica. Mas, tanto o *catolicismo romanizado* como o *catolicismo de imigração* apoiaram-se nos mesmos fundamentos da doutrina elaborada pelo Concílio de Trento e reforçada pela perspectiva *ultramontana* do Concílio do Vaticano I, podendo-se então dizer que a fé inspirada em Trento constituiu a característica principal da religião praticada pelos colonos italianos, alemães e poloneses de fé católica, aqui estabelecidos e conseqüentemente de seus descendentes.

No **ultramontanismo**, a Igreja manifestava-se claramente contra a concepção de mundo moderno, de liberdade, de educação, de Estado e da forma de governo, empreendidos pelo pensamento liberal, e, por isso, negava-se a qualquer tipo de diálogo, adotando uma posição intransigente ante a nova ordem mundial, implementada pelo capitalismo. Ao mesmo

tempo, ela buscava uma remoralização, recristianização, em suma, uma clericalização da sociedade a partir do monopólio do sagrado manifesto na ênfase dada aos sacramentos e a determinadas piedades como as do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, ao modelo familiar católico, encontrado na Sagrada Família.

Já a **romanização** caracteriza-se especialmente pelo legalismo, pela institucionalização do sagrado, pelo fortalecimento da hierarquia, sobretudo ao atrelar toda a Igreja ao Papa, que é infalível desde o Concílio Vaticano I, formulando leis a serem seguidas pelos fiéis e pelos padres (SOUZA, 2000, p. 75 e 76, grifo nosso).

Azzi (1993, p. 69), relembra que em todos os projetos de colonização por meio da imigração europeia estava intrínseco a tese da superioridade da raça europeia sobre a população nativa e que essa tese era divulgada abertamente por cientistas e viajantes europeus que percorreram o país ao longo do século XIX, sendo que alguns enfatizavam em suas obras não só a inferioridade da raça como também criticavam a decadência religiosa e moral da sociedade, resultante da miscigenação racial, e pregavam enfaticamente o valor dos europeus e a necessidade de que impusessem sua superioridade no solo brasileiro, sendo esta a condição indispensável para o desenvolvimento do país.

Azzi também destaca que embora os imigrantes fossem em sua imensa maioria provenientes de áreas rurais, em grande parte analfabetos e tendo vivido na Europa em situação de pobreza e marginalização social, mantiveram em geral bastante arraigado o preconceito da superioridade europeia, pois não apenas se consideravam como trabalhadores mais laboriosos e de maior qualificação profissional que os brasileiros, como também julgavam a sua prática da fé católica como mais autêntica do que a dos nativos. O autor, chama atenção para o fato de que o conceito de superioridade cultural e religiosa, típico do projeto de expansão colonialista europeu, era alimentado em grande parte pelos próprios missionários que os acompanhavam com a finalidade de oferecer a necessária assistência religiosa no processo de transição de pátria.

De acordo com Azzi (1993, p. 70 e 71), o processo de implantação do *catolicismo de imigração* foi feito em duas fases sucessivas: na primeira, foi promovida pelos próprios colonos no momento de fixação ao solo; e na segunda foi organizada por

múltiplos clérigos vindos da Europa. Assim, pode-se dizer que a fase inicial foi mais leiga e em seguida houve uma etapa predominantemente clerical no processo de manutenção da fé católica entre os imigrantes. O autor (1993, p. 72), ressalta que na maior parte dos casos, a vinda dos sacerdotes foi solicitada com insistência pelos próprios colonos, pois estavam habituados em seus países de origem à uma prática religiosa totalmente vinculada à presença clerical, ao contrário do que acontecia no *catolicismo luso-brasileiro*, onde era comum que muitas cerimônias fossem realizadas por membros da comunidade.

Por isso, que nessas cristandades estabelecidas nas regiões de imigração europeia, sobretudo nas colônias do Sul do país e do Espírito Santo, a autoridade do padre era indiscutível, dado o caráter *ultramontano* do *catolicismo de imigração*: seja pela escolha do local para a construção da igreja, seja na determinação do seu padroeiro, seja pela determinação das normas de conduta e da prática religiosa, conforme se exemplifica a seguir em em dois depoimentos retirados do livro “Memórias Camponesas”. O primeiro de Pedro Altoé, lembrando-se do tempo de vivência com os avós que vieram da Itália, e o segundo do Bispo Nilo Bragatto, em recordação das lembranças dos pais que eram italianos:

Acho que a religião sempre foi o que manteve a comunidade unida. Acho que essa religiosidade não era tanto por questões religiosas não, era por alienação. Eu digo alienação porque, por exemplo, eles tinham o padre como se fosse um ser superior, o que o padre falasse, todo mundo ouvia, todo mundo acreditava. Olha, os italianos entraram todos no integralismo porque falava em Deus. O lema deles era “Deus, Pátria e Família”, e como falava em Deus, pra eles tinha religião no meio (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 56).

É bom que se diga que eles praticavam uma religião um pouco inconsciente às vezes, aceitando muito o que vinha de cima. Por exemplo, se o padre mandasse eles pulá num buraco era capaiz deles pulá. Confiava plenamente na pessoa do padre. Agora, fazia com que eles se respeitasse. A religião sempre foi um meio de respeito, né. Às vezes até com um pouco de alienação, porque acrescentava muita coisa em cima do que foi pregado por Jesus Cristo (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 118).

Azzi (1993, p. 73), também ressalta que um aspecto importante nesse período era a construção dos campanários com sinos em geral importados da Europa, pois

demonstrava-se assim uma expressão de bem estar econômico da localidade, embora ainda tivesse características profundamente agrária.

Enquanto no *catolicismo luso-brasileiro* a concepção da ideia de salvação eterna estava praticamente vinculada à pertença ao Estado, por meio da oficialização do ato de batismo, no *catolicismo de imigração* a salvação deveria ser garantida mediante a recepção frequente da confissão e da comunhão, que eram os sacramentos necessários para a conservação da graça de Deus, tornando assim, o padre como o instrumento de salvação para os fiéis, uma vez que sem a mediação clerical, a salvação seria impossível (AZZI, 1993, p. 76). Para exemplificar o grau de mitificação da figura do padre, sobretudo nas áreas de colonização italiana, Azzi menciona que os moradores escreviam cartas constantes para a Itália solicitando o envio de sacerdotes, descrevendo de forma dramática a situação em que viviam, por verem seus filhos sendo criados como “bichos”, ou seja, sem instrução religiosa, e os membros da família morrerem como “cães”, por falta da presença do padre em seu leito de morte.

Sobre essa questão, Souza (2000, p. 110), evidencia que não se deve esquecer que havia um certo preconceito quanto aos padres nativos, preferindo então o Vaticano enviar poucos, mas continuamente, membros do clero europeu para a sociedade brasileira; e que quando não o fazia, a formação de novos padres ficava sobre a responsabilidade das congregações *romanizadas* e *ultramontanas*, sendo o filho do imigrante o alvo dessas instituições, pois também havia o preconceito de que o brasileiro não servia para ser padre. Dessa forma, a maioria das famílias das áreas de imigração orgulhava-se de enviar um ou mais de seus filhos para os intitutos religiosos.

Segundo Azzi (1993, p. 77), enquanto as ordens religiosas do período de colonização portuguesa pregavam a teologia do desapego com ênfase na importância da contemplação e da oração, os institutos religiosos do *catolicismo de imigração* ressaltavam as virtudes e os méritos do trabalho agrícola, afirmando que na área rural os homens se encontravam mais perto de Deus, e assim com

possibilidades maiores de alcançar a prosperidade espiritual e material, o que correspondia aos interesses e necessidades dos próprios colonos, para os quais o cultivo da terra significava mais do que garantia da sobrevivência, a realização de um sonho nunca antes realizado em suas pátrias de origem.

Dessa forma, Azzi completa sua narração, explicando que na perspectiva dos religiosos do *catolicismo de imigração* o trabalho assíduo era considerado um importante instrumento para que o ser humano pudesse fugir da ociosidade, que consideravam como a fonte das tentações e de todos os males da “perdição”, pensamento facilmente assimilado pelos colonos que tinham no trabalho a condição fundamental para sua permanência na nova terra. Esses religiosos apresentavam a vida no campo como a expressão da morigeração e da simplicidade, em contraposição ao luxo e desperdício dos centros urbanos. Assim, para os colonos, a economia e parcimônia nas diversas situações da vida constituía uma exigência a fim de garantir uma vida melhor para a família e dos seus descendentes.

5.1- A DIMENSÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO CATOLICISMO DE IMIGRAÇÃO

Conforme já mencionado, o apego à vida rural foi bastante reforçado pela atuação dos sacerdotes do *catolicismo de imigração*, que denunciavam a vida urbana como expressão de vaidade e do luxo, com predomínio dos vícios da imoralidade, condicionando dessa forma a preservação da fé à permanência e valorização da sociedade rural. E exatamente por esse caráter rural no qual estava inserida a prática religiosa das áreas de imigração é que as capelas e igrejas tornaram-se um elemento fundamental para a vida dos colonos, que as construíam em geral no regime de multirão de colaboração de toda a comunidade. Mas, Azzi (1993, p. 80), ressalta que é preciso refletir que essas iniciativas dos colonos na esfera religiosa eram também estimuladas por razões de ordem social e econômica, pois se a construção de um templo era motivo de orgulho para os moradores, o edifício religioso trazia ainda outros benefícios para o lugar, como a valorização das

propriedades e terras situadas em sua proximidade, dando maior garantia de fixação das pessoas naquela área, bem como de um futuro desenvolvimento do povoado em formação.

Outra evidência da influência da religião no desenvolvimento local é que em muitos casos a liderança clerical foi significativa para o desenvolvimento econômico da região, obtendo junto às representações políticas e da sociedade, melhores vias de comunicação e mecanismos mais adequados para a comercialização dos excedentes agrícolas, como a organização de cooperativas agrícolas. Como exemplo, recorre-se à figura do Padre Cleto Caliman, narrada na dissertação de Caliman (2009), que discorre sobre a manutenção dos traços de tradição, ao lado da modernidade, na cidade de Venda Nova do Imigrante como um dos fatores propulsores do desenvolvimento local. A autora (2009, p. 66 a 81), descreve a personalidade atenta que o sacerdote possuía às inovações, o carisma de sua liderança e a boa articulação que mantinha com políticos e empresários estaduais e nacionais que contribuíram para o desenvolvimento e atração de investimentos em Venda Nova, conforme constata-se no depoimento colhido na obra:

Hoje nós não temos mais essa liderança como a do Padre Cleto. Acho que esse papel se reverte hoje para o poder público. Quando Padre Cleto era essa liderança, nós pertencíamos ao município de Castelo e, depois a Conceição do Castelo, então toda a liderança política, de empreendedorismo e de desenvolvimento passavam pela questão religiosa. Se você for ver na história, o dízimo correspondia ao imposto que se tem hoje. Porque todos os serviços públicos eram feitos pela Igreja. O dízimo era para isso. Então a Igreja tinha essa função, Padre Cleto teve essa função de desenvolvimento, de se preocupar com telefonia, correios, hospital, era coisa ligada à Igreja, vinha também de forma política, com recursos, mas tinha muito a ver com religião, com a articulação da Igreja (ENTREVISTADO B, apud CALIMAN, 2009, p. 68)

Azzi (1993, p. 82), destaca que os estímulos à vida sacramental nas colônias de imigração não eram motivadas apenas por razões de fé, mas que envolviam simultaneamente aspectos sociais e econômicos, pois tanto a figura do padre quanto da freira eram tidas em grande prestígio entre os colonos (pelo preconceito explicado, de que o brasileiro não servia para ser padre), o que estimulava tanto a decisão pessoal dos jovens quanto o apoio dos pais, uma vez que principalmente nas primeiras décadas de existência, as colônias viviam em condições muito

precárias e nesse contexto os seminários e institutos religiosos representavam uma alternativa atraente para o aperfeiçoamento intelectual por meio da educação e instrução superior, que assegurava *status* local e remuneração garantida após o período de formação, como nota-se no interessante depoimento do Pe. Cleto Caliman no livro “Memórias Camponesas”:

Meu avô materno veio aí para o alto da Sapucaia, num lugar denominado Fortaleza, em 1895 e meu pai, solteiro, veio para Venda Nova em 1908. Meu pai dizia que daqui até lá no alto onde eles moravam era uma estrada horrível, mata fechada, barro, uma coisa impressionante.

Nós eramos em 16 irmãos. Morreu um casal. Eu fui o primeiro aluno de Venda Nova a sair para estudar. Eu, o Marcelino Falchetto e o Geremias Caliman. Nós fomos estudar com os Salesianos em Jaciguá. (...)

(...) Lá nós ficamos 4 anos estudando. Eu e o Marcelino. O Geremias caiu fora. Depois de 4 anos o Marcelino voltou para casa e eu falei para o meu pai que eu queria ser padre. E meu pai queria mais mais do que eu ainda. E aqui era assim, ou você ia ser padre, ou freira, ou ia pro cabo da enxada.

Quando eu fiz 25 anos de padre, o deputado Dirceu Cardoso leu na igreja o nome de todos os padres que estavam no seminário. Ou eram padres ou eram freiras, e eram mais de 200. Logicamente a maioria não aguentou e voltou para casa. Mas hoje nós temos mais de 60 irmãs e 20 e poucos padres, irmãos maristas. Em relação a população de Venda Nova é um número muito elevado (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 200).

Boni (1987, apud AZZI, 1993, p. 83), diz que o sustentáculo mais importante na vida dos primeiros imigrantes não foi nem a cultura, nem a língua pátria, e sim a religião. Como também pode-se observar na continuação da narrativa do padre:

Eu acredito que a grande quantidade de religiosos que saiu daqui, não foi por pressão da família, não foi por questão da divisão de terras, não foi por nada disso. Foi devido ao espírito profundamente religioso e de respeito ao sacerdócio que eles trouxeram da Itália. Então o padre, para eles, era uma coisa de muita importância. Eu sentia isso quando era criança. E esse espírito religioso era traduzido na vontade de ter um filho padre ou uma filha freira (...).

A religiosidade dos imigrantes eu diria até que é uma fé um tanto primitiva, mais profunda. Então essa fé os conservou, de modo que eles não saíram da estrada. Inclusive havia até muito rigor por parte deles em relação aos filhos. Mas essa grande fé que eles tinham foi o que os manteve unidos em meio a essas florestas do Espírito Santo. Tudo isso fruto de uma época e de uma tradição que eles trouxeram da Itália, e conservaram (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 200).

Enquanto o *catolicismo romanizado* atuou sobre a vida religiosa do povo brasileiro nas áreas urbanas com um elemento exterior à sua cultura como um instrumento importante para a europeização da nação, nas regiões de colonização o *catolicismo de imigração* fazia parte integrante da vida dos colonos ali estabelecidos, possibilitando a manutenção da cultura de origem, impedindo ou retardando ao máximo a sua integração na sociedade brasileira. Lembrando que a principal motivação para a preservação da identidade cultural dos colonos europeus era a crença de que a manutenção da fé entre os imigrantes estava necessariamente associada aos costumes e tradições de suas regiões de origem e que na medida em que os colonos começassem a perder as suas características européias, perderiam em consequência sua fé *ultramontana*. Percebe-se então, que essa análise trazia intrínseca o preconceito ideológico de natureza colonialista de que a cultura e religião católica européia eram superiores a dos países considerados como periféricos.

6- AMBIVALÊNCIAS NA IMIGRAÇÃO ITALIANA

Quando se fala da imigração estrangeira para o Brasil, pode-se dizer que predomina um aspecto simplificador que reduz uma história dramática a uma epopéia de ascensão social que não houve para uma grande maioria dos imigrantes. Martins (2003, p. 93), conta que o senador e Ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, um dos grandes idealizadores do modelo adotado para a extinção da escravatura no Brasil, explicava no Senado em 1888, no momento em que se desencadeava a chamada Grande Imigração, que se o imigrante fosse “morigerado, sóbrio e laborioso” teria então, legítimo acesso à condição de proprietário de terra. O autor chama atenção para o fato de que compreender o porquê que esse senador, figura política de destaque do Império e da República, grande fazendeiro de café e moderno empresário industrial, estava preocupado em definir o modo como o imigrante se tornaria proprietário de terra e realizaria um suposto ideal de ascensão social, é a chave para se compreender adequadamente o que foi a imigração estrangeira para o país.

Como já explicado nos capítulos 2 e 3, o debate no Parlamento do Império sobre a necessidade do fim da escravidão no país, aconteceu menos por generosidade ou como resultado de uma consciência do negro sobre o que a escravidão significava e sim, muito mais como resultado do desenvolvimento e internacionalização do capitalismo que dependia da ampliação do mercado consumidor, representando então a escravidão um grande obstáculo. Era necessário transformar o trabalhador em consumidor livre, ou seja, transformá-lo em assalariado para aumentar o fluxo de renda e viabilizar a circulação de mercadorias e dinheiro sob a forma de lucro. Porém, quem pagaria aos proprietários de escravos pela liberdade de pessoas nas quais investiram grandes somas de capitais? Dada a complexidade da questão, mesmo com as pressões da Inglaterra - o principal país capitalista da época - o Brasil conseguiu protelar o fim da escravidão por meio século, só terminando quando todas as suas possibilidades de permanência estavam esgotadas.

Os fazendeiros garantiam suas margens de lucros e preços competitivos no mercado internacional por meio do trabalho compulsório vinculado à grande propriedade. O regime de sesmarias – concessão do uso da terra por parte do Rei – permanecia, pois dependia apenas do pagamento de tributos resultantes da produção e não da necessidade da sua compra. Assim, na maior parte dos casos não havia compra de terras e sim a simples ocupação que era legalizada posteriormente pela solicitação à autoridade competente. Como a terra ainda não era equivalente de mercadoria era o seu uso que gerava direitos, e como escravos não podiam ser donos de nada, pois não tinham *status* jurídico de sujeitos de direito, a terra permanecia livre, porque o trabalho era cativo e o escravo mercadoria de hipoteca bancária.

Martins (2003, p. 95), então lembra que a questão que preocupava era: se os escravos fossem livres e pudessem ocupar as terras, quem iria trabalhar para os fazendeiros? E da mesma forma se pensava em relação aos imigrantes europeus, pois sendo juridicamente livres, se chegassem ao país e ainda existisse o sistema de liberdade de ocupação da terra, quais estímulos teriam para trabalhar na grande lavoura? Por isso, que praticamente na mesma ocasião em que se proibiu o tráfico negreiro em 1850, também se aprovou a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o de compra. Dessa forma, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra e ascender socialmente, se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros ou governos locais. E era isso que Antônio da Silva Prado queria dizer quando afirmou que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse morigerado, sóbrio e laborioso, ou seja, trabalhar para os outros era uma condição para que mais tarde o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo. Assim, entende-se que os núcleos coloniais como os do Espírito Santo e dos estados do Sul, também foram vitrinas propositalmente organizadas para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, pois os imigrantes enviados a esses núcleos passaram longos anos pagando pela terra recebida do governo, sendo que muitos não conseguiram e tiveram as mesmas terras transferidas para outros colonos. Somente com a crise do café é que antigos

colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios que haviam perdido a função econômica e cujo preço de mercadoria caíra.

Na historiografia da imigração é comum predominar as abordagens demográficas e econômicas, sobretudo aquelas relativas à superioridade natural e histórica do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Sabe-se que o trabalho livre representa uma transformação histórica profunda na relação entre trabalho e o conjunto social e que essas transformações representam um avanço no sentido de libertar o homem e sua consciência de carências de liberdade por meio da realização de sua obra. Porém, afirmar-se que o escravo foi substituído pelo trabalhador assalariado é um pensamento equivocado, pois isso representaria um enorme salto para o qual a economia brasileira não estava preparada. Martins (2003, p. 60), ressalta que muitos interpretam *trabalho livre* como sinônimo de *trabalho assalariado*, mas que não foi isso que aconteceu no país, pois antes que o trabalho assalariado dominasse as relações de trabalho no campo, o regime de *colonato* também representou uma tentativa de evitar os custos e problemas do trabalho assalariado e do mercado livre de trabalho.

Martins, explica que o regime de colonato representava uma híbrida combinação de resquícios de relações servis e de condição camponesa com prenúncios de trabalho assalariado já que no geral os ganhos monetários nessa relação de trabalho eram proporcionalmente pequenos, motivo inclusive de reiterados protestos das autoridades italianas que queriam ver seus emigrados enviando dinheiro para os familiares na Itália, assegurando assim um fluxo de renda para a economia italiana, como acontecia com os que foram para os Estados Unidos e para a Argentina. Chama a atenção também, para o fato de que a documentação histórica demonstra que a “adaptação” desse imigrante ao novo país significava sujeição, submissão às condições de mando e de obediência à forma de organização do trabalho baseada na autoridade local. Assim, *portugueses* eram rejeitados porque demonstravam mais aptidão para o comércio do que para a prática da agricultura; *alemães* eram considerados muito autônomos e pouco propensos à obediência; e o *italiano do norte*, sobretudo da região do Vêneto, eram preferidos por serem oriundos de região

onde ainda predominava as relações de trabalho com características de submissão feudal e forte atuação do catolicismo *ultramontano*, sendo que os casados com família eram preferidos aos solteiros sozinhos.

Observa-se assim a formulação de um estereótipo seguro do trabalhador com relações de dependência da família e da religião que contribuíssem para que freassem a mobilidade do imigrante e sua capacidade de reivindicação, em um quadro de pessoas já mergulhadas em relações sociais que as obrigavam à sujeição e à dependência, tornando-as vulneráveis e frágeis ao estilo senhorial de dominação tanto dos fazendeiros, como dos governos locais. Martins (2003, p. 59), constata que dessa forma se definia um peculiar mercado de trabalho: nele não operava plenamente a regra da força de trabalho equivalente à mercadoria, mas sim uma força de trabalho livre, sujeitada, porém a vínculos de dependência tradicionais que tornavam o mercado, em grande parte uma ficção, demonstrando que no Brasil a grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi na verdade um notável experimento de reinvenções de formas arcaicas de exploração do trabalho, na tentativa de frear uma radical e rápida transição para a forma mais elaborada e típica do trabalho livre que é o trabalho propriamente assalariado, integralmente remunerado em dinheiro.

6.1- IMIGRAÇÃO ITALIANA E SUA RELAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE UM IMAGINÁRIO DA CULTURA DO TRABALHO PECULIAR

Martins (2003, p. 17), conduz ao pensamento crítico que o grande interesse em relatar os elementos factuais da imigração italiana para o Brasil acabou por colocar em segundo plano um dos seus aspectos mais importantes: o imaginário. Para compreender esse raciocínio, diz que é necessário começar por refletir o quanto representava sair do calor afetivo da família na aldeia de origem, deixar uma vida de hábitos e costumes arraigados, de certezas definitivas e lançar-se na aventura de emigrar para um local distante e desconhecido, deixando do outro lado do oceano a

pátria originária. Buscava-se muito, mas igualmente também se perdia muito: familiares, amigos, compadres, lugares e recordações.

Durante a longa viagem de navio em condições quase sempre precárias de acomodação e alimentação, na mescla de incertezas e esperanças, pode-se inferir que o viajante contemplava o horizonte e se entregava à imaginação de como seria o local de destino, os cenários, as pessoas e situações, recriando-se no mundo imaginário que o arrastava e prendia na viagem. Era uma forma de sobreviver no mar de mudanças que os conduzia a um mundo desconhecido nos trópicos e por isso era tão solicitada por esses migrantes a companhia dos cardeais católicos durante a viagem, de modo que pudessem alimentar suas almas com palavras de ânimo, conforto e resignação. São emoções que tiveram nesse povo tão grande significado, que por gerações seguintes, seus descendentes ainda ouviam dos bisavós e avós as narrações detalhadas das experiências vivenciadas na saída da pátria e chegada à nova terra, conforme constata-se no depoimento de Benjamin Falchetto no livro “Memórias Camponesas”:

A *nona* Arcangela contava que lá na Itália eles eram muito pobres e trabalhavam para senhores proprietários que eles nem conheciam, que ficavam na cidade e eles trabalhavam no campo. E como paga eles recebiam o suficiente pra manutenção da família. Coisa muito modesta, muito simples mesmo. Aí resolveram vir para o Brasil em busca de uma vida melhor. Contavam que aqui era a Terra da Promissão e eles vieram com destino a São Paulo, que era um estado onde a cafeicultura era bastante desenvolvida. E foram jogados aqui no Espírito Santo. Não sei o motivo por que eles desembarcaram aqui. Eles receberam uma colônia de terra de 25 hectares por família, algumas ferramentas, e aí se instalaram no meio da mata, em Alfredo Chaves, numas terras muito improdutivas. Passaram uns anos magros lá, terríveis, passaram fome até, porque não tinham como produzir alimentos. Eles sobreviviam trabalhando a jornal [trabalhando a jornada/diária], tirando dormentes nas matas para a estrada de ferro. Transportavam os dormentes até perto da linha de ferro, nas costas ou no lombo de burro, pra ganhar algum trocadin, serravam tábuas a braço. Passados alguns anos eles descobriram as terras férteis aqui de Venda Nova. Primeiro vieram verificar se as terras eram boas, produtivas, aí mudaram pra cá, no meio da mata (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 95).

Martins (2003, p. 55), também conta que na frente da Matriz Velha de São Caetano do Sul, no subúrbio de São Paulo, foi colocada em 1927 uma placa de mármore em homenagem ao cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao antigo núcleo, onde se lê: “*Aos destemidos precursores que das itálicas terras a*

estas regiões aportados com indômita pujança abriram o caminho ao hodierno progresso". O autor acredita que essas palavras demonstram a mentalidade do imigrante transmitida a seus filhos e descendentes, contendo duas concepções numa só ideia: a *coragem* do imigrante como *protagonista* de uma *nova era*.

Destaca também que outros aspectos podem ser observados no breve texto, como: 1) eram originários das *itálicas terras*, ou seja, ressaltam a importância de uma terra com história; 2) não é dito que foram recrutados e subjugados por aliciadores mercenários, mas sim que *aportaram*, como se em vez de terem sido desembarcados, tivessem eles próprios conduzidos a navegação à terras brasileiras e dessa forma conduzido também os próprios destinos; e 3) uma vez sendo senhores dos seus destinos, eram também senhores de suas histórias, *abrindo caminho* para começar o que viria depois: o *progresso*. O texto não demonstra um imigrante objeto, mas sim sujeitos senhores de um projeto, o projeto que seria a história moderna do Brasil.

Em sua interpretação, Martins explica que a placa diz ainda hoje não o que aconteceu, mas o que o imigrante imaginou que acontecera e que o que imaginou era completamente distanciado da realidade incerta, difícil e pobre dos primeiros tempos. Esse imaginar que permanece nas concepções dos descendentes dos colonos italianos se transformou numa lógica de interpretação da trajetória ao longo das gerações, tratando-se de ideias matrizes que definem um modo do imigrante e de seus descendentes reconstituírem a sua própria história e a si próprios, em um processo que foram e são protagonistas identificando-se como agentes históricos, autores da história social.

Martins (2003, p. 69), busca a reflexão de que o trabalho livre só seria viável por meio de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ligação subjetiva entre a concepção geral do progresso, que começava a dominar a sociedade brasileira, e a possibilidade do progresso pessoal. Assim, acredita que como consequência havia também a necessidade de criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção desses mecanismos de modo que assegurassem a certeza

de que a possibilidade da igualdade, por meio do labor na terra estava aberta para todos, ricos e pobres.

Buscando-se o rebatimento dessas reflexões no Espírito Santo, observa-se que a bandeira do Estado (Figura 2) que foi criada em 1908 por Jerônimo Monteiro, então presidente da Província, é composta por três faixas horizontais de mesmo tamanho nas cores azul, branco e rosa que simbolizam as cores das vestes de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da capital, demonstrando a estreita ligação que continuava a existir entre governo e religião católica apesar da Proclamação da República ter ocorrido em 1890 e declarado o Estado como laico. Ao centro da segunda faixa um arco em letras azuis traz o lema "TRABALHA E CONFIA". Esse lema foi inspirado na doutrina de Santo Inácio de Loyola, fundador da ordem religiosa Companhia de Jesus: *Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus* (ESPÍRITO SANTO, acesso em 23 mai. 2011).



Figura 2: Bandeira do Estado do Espírito Santo
Fonte: Espírito Santo (acesso em 23 mai. 2011).

Jerônimo Monteiro é lembrado por seu espírito empreendedor, pois em seu governo destacou-se a modernização da administração, a urbanização da capital e o desenvolvimento do interior. Dessa forma, infere-se então, que o raciocínio de Martins, de que o trabalho livre só seria viável por meio de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ligação subjetiva entre a concepção geral do progresso, e a possibilidade do progresso pessoal, e que como consequência havia também a necessidade de criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção desses mecanismos de modo que assegurassem a certeza

de que a possibilidade da igualdade, por meio do labor na terra estava aberta para todos, ricos e pobres, também se verificou no Espírito Santo.

Continuando a leitura em Martins (2003, p. 72 e 73), o autor lembra que os imigrantes vindos para o Brasil tinham a esperança de reconstituir e preservar aqui o modo de vida camponês que se transformava e desaparecia na Itália, demonstrando uma orientação de vida de natureza *conservadora* e, portanto oposta ao que naquela época já era concebido como *progresso*. Dessa forma, observa que a interpretação da história decorre da ideia de uma retrospectiva que ganha sentido do futuro para o passado, da frente para trás e nessa perspectiva, até o momento da chegada do imigrante, a história tendia à nulificação da ação do homem, à desertificação do espaço. Entende que a história que se desenrola até então é um tipo de história em negativo com tudo o que o não-imigrante (o português) fez e fizera se materializando na desconstrução de sua própria história, no oposto daquilo que o imigrante (italiano e alemão) fará na mesma terra e no mesmo cenário.

Faz também refletir que em relação ao longo período que antecede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa histórica nacional são as palavras *deserto* no lugar de *cultura* (inclusive de agricultura), *devoluta* no lugar de propriedade, *contemplação* no lugar de produção, *abandono* no lugar de *povoamento*, *decadência* no lugar de *progresso*. A partir da chegada do imigrante, a história passa a ser explicada então pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da *palavra negativa* e, por isso, enfatiza na descrição da história anterior a esse momento, para a *palavra positiva*. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas o sentido da história se revela como atributo de pessoas: *as que padecem a história e as que fazem a história*.

O que Martins busca destacar é que o país passava por um processo de constantes mudanças e que a chegada desses imigrantes é fruto de um projeto muito mais articulado e amplo de progresso da nação, sendo que esses imigrantes eram os instrumentos de mão-de-obra necessários na continuidade do projeto, mas que

foram conduzidos a acreditarem na ideia (e perpetuá-la) de que foram os próprios quem visualizaram e iniciaram o processo.

Tal reflexão somada à constatação de Martins de que no monumento de São Caetano do Sul o significado do que se celebra não foi o centro da realidade do imigrante: o *trabalho*, o que era também o centro dos interesses dos grandes proprietários de terras e governo, que promoveram a imigração como alternativa para substituição à exploração do trabalho escravo, despertou-se a curiosidade por conhecer o significado da concepção do *Monumento ao Imigrante Italiano* (Figura 3) situado na Avenida Américo Buaiz, próximo a entrada da Ilha do Boi em Vitória e inaugurada em junho de 2000. A obra arquitetônica, projeto da arquiteta Sheila Basílio e fruto da parceria entre poder público e sociedade empresarial: Prefeitura de Vitória, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST, e o empresário Bruno Zanetti, foi erguida na Praça da Itália, local que recebeu essa denominação em 1992 (VITÓRIA, acesso em 23 mai. 2011).



Figura 3: Monumento ao Imigrante Italiano
Fonte: Vitória (acesso em 23 mai. 2011).

A obra, constituída por dois obeliscos em granito verde com 30 metros de altura, que se aproximam de forma gradual até se tocarem suavemente no topo, transformou o monumento num marco urbano da capital, podendo ser vista à distância e a partir de diversas perspectivas, buscando mais do que destacar, “deixar marcado” de forma simbólica a importância da cultura italiana na formação do povo capixaba, pois em sua placa lê-se que seus dois obeliscos representam esses dois povos, demonstrando que a distância geográfica não foi uma barreira para a integração cultural:

Memória

Dois obeliscos se elevam ao céu e se aproximam gradualmente, até quase se tocarem, insinuando que a distância física entre o Espírito Santo e a Itália não foi obstáculo para a integração das duas culturas. Formam um pórtico no sentido mar-terra lembrando historicamente o movimento migratório. O granito, riqueza natural comum aos dois povos, representa a força da terra presente em sua economia. A concepção vertical faz do monumento um marco urbano de Vitória, transformando a Praça da Itália em uma referência para nossa capital (BASÍLIO, 2011).

Na placa há bem mais palavras que na de São Caetano do Sul, mas que se infere também definir a mentalidade do imigrante transmitida a seus filhos e descendentes no Espírito Santo: a *integração cultural* entre os dois povos e a *terra* que conduz à prosperidade. Nota-se também uma narração poética na exaltação à memória desse povo imigrante, mas nas leituras realizadas em Azzi (1987) e em Colbari (1998), observa-se que essa integração não aconteceu de forma tão simples e rápida assim, pois muitos obstáculos foram impostos tanto pelo capixaba nativo, como também pelo clero local e governo da Província; e que a *terra* não ofereceu uma prosperidade tão fácil e breve, por causa dos interesses capitalistas envolvidos no processo, sendo fruto de muito trabalho de domingo a domingo, de sol a sol, até que se conseguisse juntar o dinheiro necessário para adquirí-la.

Para os ideólogos do progresso, o binômio imigrante-pequena propriedade tornou-se o ponto chave de seus pensamentos e de seus programas, pois Petrone (1980, apud AZZI, 1987, p. 28), acredita que a mais forte razão, pela qual se atraiu imigrantes e se criou núcleos de pequenas propriedades foi o objetivo de conseguir a valorização de terras desocupadas, cobertas de florestas e muitas vezes, bem acidentadas, como aconteceu na encosta da serra do Rio Grande do Sul, no vale do

Itajaí e no vale do Rio Doce, no Espírito Santo, para citar apenas algumas áreas. Fato exemplificado no depoimento de Aldir Cesatti no livro “Memórias Camponesas”:

Eles contava [avós maternos e paternos] que nos primero tempo aqui a situaçon foi difíci. O Governo deu essas terá, mais quando entrava nas terá, por exemplo, uma família pegava o moro ali. Entón um era dono da vertente pra cá. Otro era dono da vertente pra lá. E diz eles que foi muito difíci. Precisava ficá derrubando mata, quemando, plantando dentro das mata... dentro daquelas pausama, e foi difíci até eles conseguí alguma coisa. Costumado lá fora, e aqui nem animal, nem estrada non tinha, caregando tudo nas costa. Você imagina há 50 anos passado, isso aqui. Aqui era só picada. E olha que eu já cheguei aqui com 9 ano. Imagina meu avô quando foi lá pra Alfredo Chave... Aí pros lado de São Paulo de Aracê era tudo umas picada pelo meio dos mato. Aqui só tinha uma abertazinha e meu pai veio como colono contratista. Panhô por 6 ano pra trabalhá. Era uma abertazinha de um meio alqueire, foi meu pai que abriu tudo isso aqui (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCETTO, 1992, p. 68).

Martins (1973, p. 21), diz que a migração compreende três fases: a *primeira* é a motivação para migrar, ou seja, as necessidades e disposições que levam as pessoas saírem de um lugar para outro; a *segunda* é a transição física da sociedade original para a nova; e a *terceira* é a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade formando um novo complexo de subjetividades, pois o sujeito se dessocializa e se ressocializa estabelecendo relações sociais no interior da sociedade de adoção em virtude dos papéis que nela passa a desempenhar. Assim, o imigrante reelabora a sua auto-imagem e reformula a sua personalidade. Compreende-se então, que a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas sim, que consiste na transição do sujeito (sozinho ou em grupo) de uma sociedade para outra que fornece como referências normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. Pois, se é verdade que o migrante pode ser compelido a deixar a sua sociedade de origem em decorrência de atitudes divergentes ou de algum tipo de inadequação (pessoal, social ou econômica) é também verdade também que suas concepções estão referidas a um tipo de sociedade que é a que operou na elaboração de sua identidade.

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme abordado no capítulo 2, o Espírito Santo desde o início de sua colonização em 1535 caracterizou-se como uma capitania pobre. Os historiadores em geral afirmam que o donatário Vasco Fernandes Coutinho tinha poucos recursos financeiros e que a população nativa (índios botocudos e aimorés) era uma das mais bravias do Brasil colônia na defesa pela posse de suas terras, o que deu muito trabalho à ocupação territorial. A agricultura de exportação só teve sua perspectiva alterada quando o café ganhou forte expressão econômica no panorama local, sendo até então a capitania do Espírito Santo transformada em posto militar de proteção às Minas Gerais, numa terra despovoada e com um quadro econômico atrofiado.

Franco (1998, p. 30 e 31), informa que de acordo com o recenseamento de 1856, o Espírito Santo possuía 49.092 habitantes, sendo 36.823 livres e 12.269 escravos, e que essa população estava mal distribuída pela província, pois havia várias extensões de terras (principalmente nas regiões montanhosas) desabitadas. As lavouras que se expandiam careciam da oferta de mão-de-obra para o trabalho, sendo importante lembrar que nesse período já havia leis restritivas à escravidão, como a proibição do tráfico de escravos negros, e que o processo culminou com a abolição da escravatura em 1888. A solução encontrada, ainda segundo Franco, foi a organização de colônias de povoamento e o incentivo à imigração européia, seguindo a linha de política pública nacional decidida no Parlamento do Império e que foi analisada no capítulo 3 desse trabalho. O autor, também cita que a análise das áreas disponíveis na província privilegiou a região de montanhas, tanto porque o interior ainda não era povoado, como também por causa da sua característica climática, que oferecia melhores condições de aclimatização para o colono europeu.

Em paralelo o advento do café coincidiu o agravamento da falta de mão-de-obra gerado pela proibição do tráfico de africanos (Lei Eusébio de Queiróz em 1850). O aumento da procura por mão-de-obra escrava e a escassez na sua oferta, inflacionou o preço desse tipo de trabalhador tornando inviável a sua aquisição pelos

pequenos agricultores e minimizando o lucro dos grandes proprietários de terras. Assim, Bittencourt (1987, p. 31), explica que a quase inexistência de uma oferta interna efetiva de mão-de-obra livre tornou a imigração a mais importante via para a solução deste problema além do fato da produção escravagista ser incompatível com a estrutura do capitalismo, pois conforme ressalta o autor, “a condição essencial para o desenvolvimento do capitalismo é que os trabalhadores, despojados de todos os meios de produção, possam oferecer livremente no mercado tudo que lhes resta: sua força de trabalho”.

Constata-se então, que partir da década de 1870, o governo passou a subvencionar com maior expressão a vinda dos imigrantes, tanto em níveis do Poder Central como do Poder da Província, e que esses trabalhadores livres passaram a demonstrar que sua produtividade era maior que as do trabalhador escravo, que tinha seu trabalho subjugado às ameaças do chicote e do tronco. Bittencourt (1987, p. 35), diz que pela primeira vez a dinâmica econômica agrícola passou a atrair grandes contingentes populacionais para as terras capixabas, que por meio de companhias organizadas de colonização, buscava na Europa milhares de imigrantes - principalmente italianos e alemães - que fundaram muitos dos atuais municípios do Estado.

Observando-se na literatura sobre o tema imigração italiana que seja do ponto de vista emocional, psicológico ou econômico, a religião foi vital no processo de enraizamento desses imigrantes em terras brasileiras, e constatando-se nas leituras de Pandolfi (2007) e de Caliman (2009), a influência da religião em diferentes fatores ligados à cultura do trabalho do imigrante italiano e de seus descendentes no Estado do Espírito Santo, definiu-se então que o foco da pesquisa para a atual dissertação aqui apresentada, seria o aspecto da *religião*, buscando elucidar por que o Segundo Império havia escolhido a imigração européia para expansão da mão-de-obra no Brasil, e como esse fato foi construído em termos de política pública nacional. A intenção foi a de realizar uma pesquisa que pudesse esclarecer se houve uma relação do Estado brasileiro com a Igreja de Roma para atrair os imigrantes italianos para o Brasil, fato ainda não investigado nas obras capixabas que tratam sobre a temática de imigração italiana no Espírito Santo.

Assim o objetivo central desta dissertação foi o de compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica na determinação de uma política imigratória para o Brasil e na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, tentando entender porque o eleito para tais quesitos foi o imigrante católico italiano. Buscando-se dessa forma aprofundar o estudo sobre o período de transição da mão-de-obra escrava pela livre e como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho específica, associada aos imigrantes italianos e seus descendentes.

E como objetivos periféricos, esclarecer: como o fim do trabalho compulsório foi contornado no Espírito Santo? Como se deu a sua relação com a imigração e em que ela tem a ver com a constituição da pequena propriedade no Estado? E como foi a criação de um imaginário da cultura do trabalho livre associada à imigração italiana?

Em relação ao objetivo central, entende-se que os propósitos políticos de povoamento e de formação do mercado de trabalho, estavam cimentados por outra questão: a intenção da manutenção da ascendência da Igreja católica sobre a maioria populacional do País, e assim também, da manutenção de sua influência junto à oligarquia. Dessa forma, buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica em obras históricas, investigar se houve uma ligação do Estado com a Igreja Católica para a formação da política pública imigrantista.

Descobriu-se então em Souza (2000, p. 16), o argumento de que uma Igreja acostumada ao longo da história, a visualizar a imigração da Europa para o Brasil como exclusivamente constituída de católicos, mobilizou-se quando percebeu que a avalanche de braços europeus para a lavoura poderia destituí-la da possível representatividade que tinha por ser a religião da maioria, ainda que pudesse não mais vir a ser a exclusiva religião de Estado, dada a possibilidade cada vez mais real da Proclamação da República que iria abolir a obrigatoriedade da religião e fazer a tentativa de criação do Estado laico. Seguindo o raciocínio desenvolvido pelo autor,

entende-se que se a imigração fosse realizada com qualquer opção religiosa, esta poderia significar a perda não só do espaço de poder, como também da possível manutenção da ascendência sobre as massas populares. Ou seja, para a Igreja era fundamental que a imigração para o Brasil fosse realizada em apoio ao catolicismo e, por isso, este deveria ser o contingente populacional subvencionado.

Ressalta-se que não se pode afirmar que a Igreja detinha poder para direcionar o Estado e a sociedade para atender a seus objetivos, mas baseando-se na leitura das obras históricas que pesquisam o tema considera-se que é reducionista considerar que ela estivesse à margem do processo, pois no período, a Igreja organizava-se fortemente para ampliar não só sua influência, mas também seu poder, por meio da perspectiva ultramontana, utilizando pessoas em posição estratégica e com força suficiente para fazer representar os interesses eclesiásticos, como pode ser observado, por exemplo, no livro de Carvalho (2007), pois é citado por diversas vezes a intensa devoção e ligação da Princesa Isabel à ala *ultramontana* da Igreja Católica, o que não agradava ao imperador que era adepto das ideologias liberais.

Souza (2000, p. 41), relata que o mito do povo alemão, forte, trabalhador, operoso, defendido por alguns como a solução para os problemas da sociedade brasileira, enfrentou, diretamente, o ataque dos defensores da imigração católica, traduzida como italiana. Dessa forma, a religião foi apresentada como fonte de unificação cultural e social para o Brasil, pois ainda que estrangeiro, se o indivíduo fosse católico, seria melhor assimilado pela sociedade e o migrante a ela integrar-se-ia como membro da catolicidade, fonte da “verdadeira cidadania brasileira”. A Igreja apresentava-se como a única fonte de unidade nacional, pois representava não a grande maioria da população brasileira, mas os brasileiros, em razão de sua oficialidade.

Constatou-se na análise da obra “O Clero no Parlamento Brasileiro” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1978-1980, 1v. a 5v.), que a imigração então orientada pelo Império e desenvolvida pela República foi majoritariamente católica, e que esta escolha não

foi feita ao acaso, sem intenções claramente elaboradas, e sim era o resultado de anos de debate e embate, conforme demonstrado. Os pontos convergentes entre a Igreja conservadora-*ultramontana* e o Estado progressista: moral, família, trabalho, resignação e morigeração, vão evidenciar no “tipo de imigrante preferido” pelos fazendeiros para realizarem suas funções na lavoura.

O imigrante preferido estaria atrelado a esse conjunto social, legitimador da ordem, do trabalho, da família e da religião, estandartes do *status quo*, na ordem privada da sociedade, que se refletiria na ordem pública, em detrimento do questionamento social e político do país. Sendo preciso então, garantir um contingente majoritário desse imigrante tão apresentável também ao capitalista: morigerado, dócil, ordeiro, resignado, familiar e trabalhador, o que era encontrado, segundo o discurso eclesiástico que obteve eco no parlamento e na sociedade, no imigrante italiano católico. Assim, teve-se uma política imigratória, basicamente pautada no imigrante italiano, no período de 1885 à 1902 (SOUZA, 2000, p. 47).

O processo imigratório de massa subsidiado pelo Estado, predominantemente familiar e católico, formou-se pela pressão da Igreja *ultramontana* e da adesão dos liberais, decepcionados com o imigrante protestante. Assim, infere-se que num momento histórico em que o Estado poderia ter optado por reduzir o poder da Igreja por meio da imigração protestante ou de qualquer outra religião, ele fez exatamente o contrário ao implementar e subsidiar a imigração católica.

E sobre os objetivos periféricos, constatou-se no exame da criação da Pastoral do imigrante que muitas das características da formação da cultura do trabalho peculiar do imigrante italiano e de seus descendentes no Espírito Santo foram construídas, estimuladas e propagadas pelo discurso da Igreja Católica *ultramontana* desde à Itália, o acompanharam durante o trajeto entre os dois países e os acompanharam também no processo de instalação e adaptação no Brasil. Na leitura de Souza (2000, p. 85), encontrou-se a reflexão de que o projeto da Pastoral trazia consigo elementos diplomáticos formando uma estrutura que ao lado do

Estado, influenciaria as pessoas envolvidas, controlando-as do ponto de vista cultural e ideológico, com os princípios da religião, do patriotismo e da política.

Em Azzi (1993, p. 69), compreendeu-se que em relação ao Brasil, todos os projetos de colonização por meio da imigração europeia estava intrínseco a tese da superioridade da raça europeia sobre a população nativa, sendo esta a condição indispensável para o desenvolvimento do país. O autor também destaca que embora os imigrantes fossem em sua imensa maioria provenientes de áreas rurais, em grande parte analfabetos e tendo vivido na Europa em situação de pobreza e marginalização social, mantiveram em geral bastante arraigado o preconceito da superioridade europeia, pois não apenas se consideravam como trabalhadores mais laboriosos e de maior qualificação profissional que os brasileiros, como também julgavam a sua prática da fé católica como mais autêntica do que a dos nativos. Azzi, chama atenção para o fato de que o conceito de superioridade cultural e religiosa, típico do projeto de expansão colonialista europeu, era alimentado em grande parte pelos próprios missionários que os acompanhavam com a finalidade de oferecer a necessária assistência religiosa no processo de transição de pátria e que esse movimento foi denominado como *catolicismo de imigração*, tendo como base os princípios *ultramontanos*. Pois Boni (1987, apud AZZI, 1993, p. 83), diz que o sustentáculo mais importante na vida dos primeiros imigrantes não foi nem a cultura, nem a língua pátria, e sim a religião. Conforme pode ser observado em dois relatos extraídos do livro “Memórias Camponesas”, o primeiro de Silvino Falchetto e o segundo de domingos Carnielli:

Olha, os velho dizia que o que eles tinha mais era fé. Olha, era uma fé que eu nunca vi! Só uma fé muito grande mesmo é que pode fazê eles entrá na mata virge, cheia de animal feroz que eles nem nunca tinha uvido falá. Cachoro, non ficava um, as onça comia tudo. O papai dizia que as onça dava cada roncada, que eles estremecia (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCETTO, 1992, p. 106).

Dos primeros tempo no Brasil eles contava que passaro muita necessidade. Passaro fome, sem dinheiro, sem condição. A única coisa que salvô eles foi a que eles tinha. Duas coisa que eles troxero da Itália que aguentô eles aqui foi a fé e o trabalho. Mas eles passaro apertado. Em Alfredo Chaves eles trabalhava 4 dias na estrada de ferro que ia pra Cachoero, que tava em construção, e os otros dia trabalhava pra eles. Plantá um milho, plantá feijão. Mas a terra era muito magra, muito seca, era um terreno muito fraco,

muito pobre, que eles dizia que num sabia como eles tinha rompido aquilo (LAZARRO; COUTINHO e FRANCESCHETTO, 1992, p. 112).

Na obra de Martins (2003, p. 95), entendeu-se que a questão que preocupava aos grandes latifundiários e ao Estado era: se os escravos fossem livres e pudessem ocupar as terras, quem iria trabalhar para os fazendeiros? E da mesma forma se pensava em relação aos imigrantes europeus, pois sendo juridicamente livres, se chegassem ao país e ainda existisse o sistema de liberdade de ocupação da terra, quais estímulos teriam para trabalhar na grande lavoura? Por isso, que praticamente na mesma ocasião em que se proibiu o tráfico negreiro em 1850, também se aprovou a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o de compra. Dessa forma, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra e ascender socialmente, se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros ou governos locais. E era isso que Antônio da Silva Prado, Ministro da Agricultura, queria dizer quando afirmou no Senado em 1888 que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse morigerado, sóbrio e laborioso, ou seja, trabalhar para os outros era uma condição para que mais tarde o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo. Assim, entende-se que os núcleos coloniais como os do Espírito Santo e dos estados do Sul, também foram vitrinas propositalmente organizadas para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, pois os imigrantes enviados a esses núcleos passaram longos anos pagando pela terra recebida do governo, sendo que muitos não conseguiram e tiveram as mesmas terras transferidas para outros colonos. Somente com a crise do café é que antigos colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios que haviam perdido a função econômica e cujo preço de mercadoria caíra.

Martins, também explica que o regime de colonato representava uma híbrida combinação de resquícios de relações servis e de condição camponesa com prenúncios de trabalho assalariado já que no geral os ganhos monetários nessa relação de trabalho eram proporcionalmente pequenos, motivo inclusive de reiterados protestos das autoridades italianas que queriam ver seus emigrados enviando dinheiro para os familiares na Itália, assegurando assim um fluxo de renda para a economia italiana, como acontecia com os que foram para os Estados Unidos

e para a Argentina. Chama a atenção também, para o fato de que a documentação histórica demonstra que a “adaptação” desse imigrante ao novo país significava sujeição, submissão às condições de mando e de obediência à forma de organização do trabalho baseada na autoridade local. Assim, *portugueses* eram rejeitados porque demonstravam mais aptidão para o comércio do que para a prática da agricultura; *alemães* eram considerados muito autônomos e pouco propensos à obediência; e o *italiano do norte*, sobretudo da região do Vêneto, eram preferidos por serem oriundos de região ainda onde ainda predominava as relações de trabalho com características de submissão feudal e forte atuação do catolicismo *ultramontano*, sendo que os casados com família eram preferidos aos solteiros sozinhos.

Observa-se assim a formulação de um estereótipo seguro do trabalhador com relações de dependência da família e da religião que contribuíssem para que freassem a mobilidade do imigrante e sua capacidade de reivindicação, em um quadro de pessoas já mergulhadas em relações sociais que as obrigavam à sujeição e à dependência, tornando-as vulneráveis e frágeis ao estilo senhorial de dominação tanto dos fazendeiros, como dos governos locais. Martins (2003, p. 59), constata que dessa forma se definia um peculiar mercado de trabalho: nele não operava plenamente a regra da força de trabalho equivalente à mercadoria, mas sim uma força de trabalho livre, sujeitada, porém a vínculos de dependência tradicionais que tornavam o mercado, em grande parte uma ficção, demonstrando que no Brasil a grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi na verdade um notável experimento de reinvenções de formas arcaicas de exploração do trabalho, na tentativa de frear uma radical e rápida transição para a forma mais elaborada e típica do trabalho livre que é o trabalho propriamente assalariado, integralmente remunerado em dinheiro.

Martins (2003, p. 69), busca a reflexão de que o trabalho livre só seria viável por meio de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ligação subjetiva entre a concepção geral do progresso, que começava a dominar a sociedade brasileira, e a possibilidade do progresso pessoal. Assim, acredita que

como consequência havia também a necessidade de criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção desses mecanismos de modo que assegurassem a certeza de que a possibilidade da igualdade, por meio do labor na terra estava aberta para todos, ricos e pobres. Faz também refletir que em relação ao longo período que antecede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa histórica nacional são as palavras *deserto* no lugar de *cultura* (inclusive de agricultura), *devoluta* no lugar de propriedade, *contemplação* no lugar de produção, *abandono* no lugar de *povoamento*, *decadência* no lugar de *progresso*. A partir da chegada do imigrante, a história passa a ser explicada então pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da *palavra negativa* e, por isso, enfatiza na descrição da história anterior a esse momento, para a *palavra positiva*. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas o sentido da história se revela como atributo de pessoas: *as que padecem a história e as que fazem a história*.

O que Martins busca destacar é que o país passava por um processo de constantes mudanças e que a chegada desses imigrantes é fruto de um projeto muito mais articulado e amplo de progresso da nação, sendo que esses imigrantes eram os instrumentos de mão-de-obra necessários na continuidade do projeto, mas que foram conduzidos a acreditarem na ideia (e perpetuá-la) de que foram os próprios quem visualizaram e iniciaram o processo.

Para os ideólogos do progresso, o binômio imigrante-pequena propriedade tornou-se o ponto chave de seus pensamentos e de seus programas, pois Petrone (1980, apud AZZI, 1987, p. 28), acredita que a mais forte razão, pela qual se atraiu imigrantes e se criou núcleos de pequenas propriedades foi o objetivo de conseguir a valorização de terras desocupadas, cobertas de florestas e muitas vezes, bem acidentadas, como aconteceu na encosta da serra do Rio Grande do Sul, no vale do Itajaí e no vale do Rio Doce, no Espírito Santo.

Dessa forma, entende-se que a imigração estrangeira para o Brasil e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois, o

sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento. O imigrante foi assim, o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário e “moldado” nesse processo, pela atuação da Igreja católica com fundamentos *ultramontanos*.

8- REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luze. **Scalabrini e os migrantes**. 2006. Disponível em <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=61>. Acesso em: 22 abr. 2010.

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo: Paulinas, 1987. 1 v.

_____. O catolicismo de imigração. In: DREHER, M. N. (Org.). **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

BASÍLIO, SHEILA. Arquivo pessoal. 2011.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra. 1987.

BONI, L. A. Imigração italiana no Brasil. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998.

CALIMAN, Nara F. **Uma Itália que não existe na Itália: as configurações da tradição no contexto da modernidade em Venda Nova do Imigrante - ES**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Centro de Documentação e Informação. **O clero no parlamento brasileiro: assembléia geral constituinte e legislativa (1823)**. Brasília: IBRADES, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978. 1v.

_____. _____. **O clero no parlamento brasileiro: câmara dos deputados (1826-1829)**. Brasília: IBRADES, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. 2v.

_____. _____. **O clero no parlamento brasileiro: câmara dos deputados (1830-1842)**. Brasília: IBRADES, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. 3v.

_____. _____. **O clero no parlamento brasileiro: câmara dos deputados (1846-1862)**. Brasília: IBRADES, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. 4v.

_____. _____. **O clero no parlamento brasileiro: câmara dos deputados (1861-1889)**. Brasília: IBRADES, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980. 5v.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

_____. Imigração italiana e a constituição da pequena propriedade no Espírito Santo. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998.

CARNEIRO, L. G. **Os muckers**: um episódio de fanatismo religioso. [s.d.]. Disponível em <http://www.riogrande.com.br/historia/temas_muckers.htm>. Acesso em: 30 maio 2010.

CARVALHO, J. M. de. **Dom Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CEMCREI – Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei. **Uma vida a serviço dos migrantes**: Síntese histórica da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas. 2.ed. Porto Alegre: [s. n.], 2009. Disponível em <http://www.cemcrei.org.br/uma_vida_a_servico_dos_migrantes_2_edicao.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 6. Ed.

COLBARI, A. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998.

COSTA, Maria Cida da; et al. **Correntes imigratórias no Espírito Santo**: alemães, italianos e libaneses; uma visão didática para o ensino fundamental e médio. Vitória: EDUFES, 1999.

CSEM – Centro Scalabriniano de Estudo Católico. Disponível em <http://www.csem.org.br/?page_id=3&lang=pt-br>. Acesso em: 22 abr. 2010.
CULTURA BRASILEIRA. **Unificações Nacionais**: Itália, Alemanha e EUA. [s.d.]. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/unificacao.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: 1974. ESPÍRITO SANTO (Estado). **Bandeira**. [s.d.]. Disponível em <http://www.es.gov.br/site/espírito_santo/bandeira.aspx>. Acesso em: 23 mai. 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Bandeira**. [s.d.]. Disponível em <<http://www.es.gov.br/site/governo/bandeira.aspx>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

FRANCAVILLA ANGITOLA. **Beato Giovanni Battista Scalabrini**. [s.d.]. Disponível em <http://www.francavilla-angitola.com/Beato_Scalabrini.htm>. Acesso em: 25 jun. 2010.

FRANCO, S. P. Estrutura conjuntural do Espírito Santo na época da migração: século XIX e início do século XX. In: CASTIGLIONI, Aurélia H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória: EDUFES, 1998.

GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. 6ª reimpressão.

HISTÓRIA DO MUNDO. **Congresso de Viena**. [s.d.]. Disponível em <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/congresso-de-viena.htm>>. Acesso em: 13 mai. 2011.

LAZARRO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas**: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante. Vitória: [s.n.], 1992.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **O imaginário na imigração italiana**. São Caetano do Sul, SP: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003. Série Cadernos de História 2.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

PANDOLFI, R. **Imigração Italiana no Espírito Santo e a construção de um capital simbólico**: uma reflexão sobre os empresários em Colatina. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

ROCHA, H. C. Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial. In: VASCONCELLOS, J. G. M; DAVEL, E. P. B., organizadores. **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998, vol. 17.

SANTOS, E. F. dos. **Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do séc. XIX**: a gênese do pensamento político capixaba. Dimensões – Revista de História da UFES, nº17, 2005. Disponível em <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/index.php?id=dimensoes-17>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

SOUZA, W. D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NOZOE, Nelson. **Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia**. In: XXXIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Natal, 2005. Disponível em

<blig.ig.com.br/estudoscoloniais/files/2009/.../artigo-_nelson-nozoe-pdf.pdf> Acesso em: 27 jun. 2010.

VASCONCELLOS, J. G. M; DAVEL, E. P. B., organizadores. ***Inovações organizacionais e relações de trabalho***: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998, vol. 17.

VITÓRIA (Município). ***Monumento representa capixabas e italianos***. [s.d.]. Disponível em <<http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=imigranteitaliano>>. Acesso em: 23 mai. 2011.

WERNET, Augustin. ***A igreja Paulista no século XIX***. São Paulo: Ática, 1987.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. ***Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana***. Mana, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jun. 2010.